

Olá pessoal,

Chegamos à nossa sexta aula. O conteúdo a ser ministrado será:

1. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 39. Análise das Demonstrações. Análise horizontal e indicadores de evolução. Índices e quocientes financeiros de estrutura e econômicos.

Abordaremos também os princípios de contabilidade. Vamos ao trabalho.

## **1. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00)**

### **1.1. Introdução**

As demonstrações contábeis **são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral**, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias, por exemplo, podem determinar especificamente exigências para atender a seus próprios interesses. Essas exigências, no entanto, não devem afetar as demonstrações contábeis elaboradas segundo a Estrutura Conceitual.

Demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve a Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos **usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.**

**Historicamente, as demonstrações contábeis no Brasil se “retorcem” para atender ao fisco. Portanto, nossa contabilidade, ainda apresenta grande influência da legislação tributária. Exemplo simples disso é o uso da conta “Provisão para férias”, quando se sabe que o termo “provisão” deve designar um passivo de prazo ou valor incertos (CPC 25), o que não é o caso da “Provisão para férias”, cujo valor e prazo (horizonte) são certos. Correto é denominar este passivo de “Férias a pagar”.**

**A contabilidade anglo-saxã, por exemplo, prioriza informar os investidores (atuais e potenciais) e os financiadores por dívida (credores).**

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

O Cesgranrio já cobrou este ponto do CPC 00 assim:

(CESGRANRIO PETROBRAS Contador Jr. 2011) O pronunciamento conceitual básico intitulado Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estabelece as diretrizes para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis destinadas aos

- (A) administradores corporativos.
- (B) bancos e investidores.
- (C) contadores e executivos da empresa.
- (D) sócios/acionistas da empresa.
- (E) usuários externos.

**COMENTÁRIO**

As demonstrações contábeis **são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral**, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas.

**GABARITO: E**

Demonstrações contábeis elaboradas com a finalidade de atender a usuários externos em geral satisfazem as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que quase todos eles utilizam essas demonstrações contábeis para a **tomada de decisões econômicas**, tais como:

- (a) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais;
- (b) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas;
- (c) avaliar a capacidade de a entidade pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;
- (d) avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
- (e) determinar políticas tributárias;
- (f) determinar a distribuição de lucros e dividendos;

(g) elaborar e usar estatísticas da renda nacional; ou

(h) regulamentar as atividades das entidades.

**Muito cuidado, a lista acima mostra exemplos de decisões econômicas que podem ser suportadas pelas informações contábeis produzidas de acordo com a Estrutura Conceitual Básica, nada tendo a ver com as finalidades da estrutura conceitual básica, as quais veremos a seguir.**

### **1.2. Finalidade e *status***

A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos. A finalidade da Estrutura Conceitual é:

(a) dar suporte ao desenvolvimento de novos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações e à revisão dos já existentes, quando necessário;

(b) dar suporte à promoção da harmonização das regulações, das normas contábeis e dos procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações contábeis, provendo uma base para a redução do número de tratamentos contábeis alternativos permitidos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações;

(c) dar suporte aos órgãos reguladores nacionais;

(d) auxiliar os responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis na aplicação dos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações e no tratamento de assuntos que ainda não tenham sido objeto desses documentos;

(e) auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações;

(f) auxiliar os usuários das demonstrações contábeis na interpretação de informações nelas contidas, elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações; e

(g) proporcionar aos interessados informações sobre o enfoque adotado na formulação dos Pronunciamentos Técnicos, das Interpretações e das Orientações.

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

Já caiu assim:

(CESGRANRIO BNDES CONTADOR 2013) O Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) dispõe sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Nos termos desse pronunciamento, as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas.

A Estrutura Conceitual, ao estabelecer os conceitos para a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis destinadas a usuários externos, tem dentre as suas finalidades a de

(A) auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações.

(B) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas.

(C) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais.

(D) determinar políticas tributárias.

(E) elaborar e usar estatísticas da renda nacional.

### **COMENTÁRIO**

Veja que a questão cobra o conhecimento das finalidades da Estrutura Conceitual Básica.

Para confundir o candidato, as alternativas apresentam exemplos de decisões econômicas que podem ser suportadas pela Estrutura.

Apenas a alternativa "A" apresenta uma das finalidades da Estrutura Conceitual Básica, as demais (B, C, D e E) são exemplos de decisões econômicas.

Para firmar o texto do CPC 00:

"A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos. **A finalidade da Estrutura Conceitual é:**

(a) dar suporte ao desenvolvimento de novos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações e à revisão dos já existentes, quando necessário;

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

(b) dar suporte à promoção da harmonização das regulações, das normas contábeis e dos procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações contábeis, provendo uma base para a redução do número de tratamentos contábeis alternativos permitidos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações;

(c) dar suporte aos órgãos reguladores nacionais;

(d) auxiliar os responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis na aplicação dos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações e no tratamento de assuntos que ainda não tenham sido objeto desses documentos;

**(e) auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações;**

(f) auxiliar os usuários das demonstrações contábeis na interpretação de informações nelas contidas, elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações; e

(g) proporcionar aos interessados informações sobre o enfoque adotado na formulação dos Pronunciamentos Técnicos, das Interpretações e das Orientações." (grifo nosso).

**GABARITO: A**

A Estrutura Conceitual **não é um Pronunciamento Técnico propriamente dito e, portanto, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação.** Nada na Estrutura Conceitual substitui qualquer Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação.

Pode haver um número limitado de casos em que seja observado um conflito entre esta Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma Interpretação ou uma Orientação. Nesses casos, **as exigências do Pronunciamento Técnico, da Interpretação ou da Orientação específicos devem prevalecer sobre esta Estrutura Conceitual.**

Entretanto, à medida que futuros Pronunciamentos Técnicos, Interpretações ou Orientações sejam desenvolvidos ou revisados tendo como norte esta *Estrutura*

*Conceitual*, o número de casos de conflito entre esta *Estrutura Conceitual* e eles tende a diminuir.

### **1.3. Alcance**

A *Estrutura Conceitual* aborda:

- (a) o objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro;
- (b) as características qualitativas da informação contábil-financeira útil;
- (c) a definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos a partir dos quais as demonstrações contábeis são elaboradas; e
- (d) os conceitos de capital e de manutenção de capital.

#### **1.3.1. O objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**

O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é **fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.** Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.

Cabe realçar que **Relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação**; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação.

**Em larga extensão, os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos.** A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que devem amparar tais estimativas, julgamentos e modelos. Os conceitos representam o objetivo que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis e os elaboradores dos relatórios contábil-financeiros devem se empenhar em alcançar. Assim como a maioria dos objetivos, a visão contida na Estrutura Conceitual do que sejam a elaboração e a divulgação do relatório contábil-financeiro ideal é improvável de ser atingida em

sua totalidade, pelo menos no curto prazo, visto que se requer tempo para a compreensão, aceitação e implementação de novas formas de analisar transações e outros eventos. Não obstante, o estabelecimento de objetivo a ser alcançado com empenho é essencial para que o processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro venha a evoluir e tenha sua utilidade aprimorada.

Veja como o assunto já foi cobrado em concurso.

(ESMP/RJ – TCE/RJ – Analista de Controle Externo – Contabilidade 2012) De acordo com as práticas contábeis em vigor, as demonstrações contábeis são mais comumente elaboradas segundo modelo baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal. Sabendo-se disso, pode-se afirmar que:

- A) os relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor econômico da entidade que reporta a informação;
- B) os relatórios contábil-financeiros de propósito geral são baseados em descrições ou estimativas para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;
- C) o objetivo dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;
- D) os relatórios contábil-financeiros são baseados em descrições ou retratos exatos para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;
- E) os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação.

### COMENTÁRIOS

Analisando-se as alternativas:

- a) **Correta.** As informações constantes do relatório contábil-financeiro elaborado de acordo com a Estrutura Conceitual **auxiliam** os usuários a estimarem o valor da entidade que reporta (divulga) a informação. A informação constante do relatório contábil-financeiro não deve ser tomada como o valor de mercado da entidade, pois outras variáveis não evidenciadas no dito relatório podem afetar esta valoração. Exemplos de informações não evidenciadas no relatório e que podem afetar o valor da entidade seriam projetos de lei em tramitação, que, de alguma forma, afetam as atividades da entidade.

- b) **Errada.** O relatório contábil-financeiro elaborado de acordo com a Estrutura Conceitual é baseado em descrições e em estimativas. Entretanto, não pretendem determinar o valor de mercado da entidade que reporta a informação.
- c) **Errada.** O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é **fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.**
- d) **Errada.** Em larga extensão, os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos.
- e) **Errada.** Relatórios contábil-financeiros de propósito geral são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos. Entretanto, não são elaborados para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação.

**GABARITO: A**

***Performance financeira refletida pelo regime de competência (accruals)***

O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação **nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos.** Isso é importante em função de a informação sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação, e sobre as mudanças nesses recursos econômicos e reivindicações ao longo de um período, fornecer melhor base de avaliação da performance passada e futura da entidade do que a informação puramente baseada em recebimentos e pagamentos em caixa ao longo desse mesmo período.



### 1.3.2. As características qualitativas da informação contábil-financeira útil

Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser **relevante** e representar com **fidedignidade** o que se propõe a representar. **A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.**

#### Guardar!

**Características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira útil:**

- **relevância; e**
- **fidedignidade**

**Características de melhoria da informação contábil-financeira útil (CVTC):**

- **comparabilidade;**
- **verificabilidade;**
- **tempestividade; e**
- **compreensibilidade**

Vamos falar das características fundamentais.

#### Relevância

**Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.** A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiver tomado ciência de sua existência por outras fontes.

**Exemplo:**

Suponha que determinada empresa não tenha reconhecido provisão para contingências trabalhistas no seu passivo, quando todos os requisitos para reconhecimento tenham sido preenchidos, na forma do CPC 25.

Neste caso, a informação contábil-financeira perdeu relevância, pois tal informação, se evidenciada no balanço patrimonial e divulgada, poderia afastar novos investidores ou, até mesmo, investidores atuais.

**Relevância versus Materialidade**

A informação é material se a sua omissão ou sua divulgação distorcida (*misstating*) puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação. Em outras palavras, **a materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade baseado na natureza ou na magnitude, ou em ambos, dos itens para os quais a informação está relacionada no contexto do relatório contábil-financeiro de uma entidade em particular.** Consequentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que seria julgado material para uma situação particular.

**Comentário**

No exemplo anterior, o montante da provisão omitida influi na relevância da informação contábil-financeira. Caso o valor da provisão fosse imaterial (e esta análise dependerá do porte de cada entidade), a informação não terá perdido relevância.

**Representação fidedigna**

Os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números. Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas **tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar.** Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. **Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro.** É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

## Características qualitativas de melhoria

**Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade.** As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno.

### **Comparabilidade**

As decisões de usuários implicam escolhas entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou noutra. Conseqüentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação será mais útil caso possa ser comparada com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data.

**Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.** Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens.

**Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.**

Comparabilidade não significa uniformidade. **Para que a informação seja comparável, coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes. A comparabilidade da informação contábil-financeira não é aprimorada ao se fazer com que coisas diferentes pareçam iguais ou ainda ao se fazer coisas iguais parecerem diferentes.**

Algum grau de comparabilidade é possivelmente obtido por meio da satisfação das características qualitativas fundamentais. A representação fidedigna de fenômeno econômico relevante deve possuir naturalmente algum grau de comparabilidade com a representação fidedigna de fenômeno econômico relevante similar de outra entidade que reporta a informação.

Egbert Buarque

Muito embora um fenômeno econômico singular possa ser representado com fidedignidade de múltiplas formas, a discricionariedade na escolha de métodos contábeis alternativos para o mesmo fenômeno econômico diminui a comparabilidade.

### **Verificabilidade**

A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. **A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna.** Informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado para ser verificável.

Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode também ser verificável.

A verificação pode ser direta ou indireta. Verificação direta significa verificar um montante ou outra representação por meio de observação direta, como, por exemplo, por meio da contagem de caixa. Verificação indireta significa checar os dados de entrada do modelo, fórmula ou outra técnica e recalculando os resultados obtidos por meio da aplicação da mesma metodologia. Um exemplo é a verificação do valor contábil dos estoques por meio da checagem dos dados de entrada (quantidades e custos) e por meio do recálculo do saldo final dos estoques utilizando a mesma premissa adotada no fluxo do custo (por exemplo, utilizando o método PEPS).

Pode não ser possível verificar algumas explicações e alguma informação contábil-financeira sobre o futuro (*forward-looking information*) até que o período futuro seja totalmente alcançado. Para ajudar os usuários a decidir se desejam usar dita informação, é normalmente necessário divulgar as premissas subjacentes, os métodos de obtenção da informação e outros fatores e circunstâncias que suportam a informação.

### **Tempestividade**

**Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.** Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade. Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do

Egbert Buarque

período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar tendências.

### ***Compreensibilidade***

Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

**Certos fenômenos são inerentemente complexos e não podem ser facilmente compreendidos. A exclusão de informações sobre esses fenômenos dos relatórios contábil-financeiros pode tornar a informação constante em referidos relatórios mais facilmente compreendida. Contudo, referidos relatórios seriam considerados incompletos e potencialmente distorcidos (*misleading*).**

Relatórios contábil-financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e que revisem e analisem a informação diligentemente. Por vezes, mesmo os usuários bem informados e diligentes podem sentir a necessidade de procurar ajuda de consultor para compreensão da informação sobre um fenômeno econômico complexo.

### ***Aplicação das características qualitativas de melhoria***

Características qualitativas de melhoria devem ser maximizadas na extensão possível. Entretanto, as características qualitativas de melhoria, quer sejam individualmente ou em grupo, não podem tornar a informação útil se dita informação for irrelevante ou não for representação fidedigna.

A aplicação das características qualitativas de melhoria é um processo iterativo que não segue uma ordem preestabelecida. Algumas vezes, uma característica qualitativa de melhoria pode ter que ser diminuída para maximização de outra característica qualitativa. Por exemplo, a redução temporária na comparabilidade como resultado da aplicação prospectiva de uma nova norma contábil-financeira pode ser vantajosa para o aprimoramento da relevância ou da representação fidedigna no longo prazo. Divulgações apropriadas podem parcialmente compensar a não comparabilidade.

### ***Restrição de custo na elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro útil***

O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo

de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos, sendo importante que ditos custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação. Existem variados tipos de custos e benefícios a considerar.

Fornecedores de informação contábil-financeira envidam grande parte de seus esforços na coleta, no processamento, na verificação e na disseminação de informação contábil-financeira, mas os usuários em última instância pagam por esses custos na forma de retornos reduzidos. Usuários de informação contábil-financeira também incorrem em custos de análise e interpretação de informação fornecida. Se a informação demandada não é fornecida, os usuários incorrem em custos adicionais de obtenção da informação por meio de outras fontes ou por meio de sua estimativa.

A elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro que seja relevante e que represente com fidedignidade o que se propõe representar auxilia os usuários a tomarem decisões com grau de confiança maior. Isso resulta em funcionamento mais eficiente dos mercados de capitais e em custo menor de capital para a economia como um todo. O investidor individual, o credor por empréstimo ou outro credor também se beneficiam desse processo por meio de decisões assentadas na melhor informação. **Entretanto, não é possível para relatórios contábil-financeiros de propósito geral fornecer toda e qualquer informação que todo usuário repute ser relevante.**

**Na aplicação da restrição do custo, avalia-se se os benefícios proporcionados pela elaboração e divulgação de informação em particular são provavelmente justificados pelos custos incorridos para fornecimento e uso dessa informação. Quando da aplicação da restrição do custo no desenvolvimento do padrão proposto de elaboração e divulgação, o órgão normatizador deve procurar se informar junto aos fornecedores da informação, usuários, auditores independentes, acadêmicos e outros agentes sobre a natureza e quantidade esperada de benefícios e custos desse padrão. Em grande parte dos casos, as avaliações são baseadas na combinação de informação quantitativa e qualitativa.**

Em função da subjetividade inerente ao processo, as avaliações de diferentes indivíduos acerca dos custos e benefícios da elaboração e divulgação de itens particulares de informação contábil-financeira devem variar. Dessa forma, o órgão normatizador deve procurar tomar por base os custos e benefícios com relação à elaboração e à divulgação de modo geral, e não somente em relação a entidades individuais que reportam a informação. Isso não quer dizer que as avaliações de custos e benefícios sempre são justificadas pelas mesmas

exigências de divulgação para todas as entidades. Diferenças podem ser apropriadas em decorrência dos tamanhos variados das entidades, das diferentes formas de captação de capital (publicamente ou privadamente), das diferentes necessidades de usuários ou de outros fatores.

A ESAF já cobrou assim.

(ESAF AFRFB 2012) Entre as características qualitativas de melhoria, a comparabilidade está entre as que os analistas de demonstrações contábeis mais buscam. Dessa forma, pode-se definir pela estrutura conceitual contábil que comparabilidade é a característica que

- a) permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles nas Demonstrações Contábeis.
- b) utiliza os mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- c) considera a uniformidade na aplicação dos procedimentos e normas contábeis, onde, para se obter a comparabilidade, as entidades precisam adotar os mesmos métodos de apuração e cálculo.
- d) garante que usuários diferentes concluam de forma completa e igual, quanto à condição econômica e financeira da empresa, sendo levados a um completo acordo.
- e) estabelece procedimentos para a padronização dos métodos e processos aplicados em demonstrações contábeis de mesmo segmento.

### COMENTÁRIOS

Como brilhantemente define o CPC 00 (e isso não é ironia), a comparabilidade consiste em fazer coisas diferentes parecerem diferentes e em fazer coisas iguais parecerem iguais. Por exemplo, um imobilizado é diferente de uma propriedade para investimento. Portanto, a evidenciação destes dois tipos de ativos deve mostrar que são distintos. Este conceito está presente na alternativa "A", que é a correta.

A alternativa "B" diz respeito à consistência, a qual representa um meio para se atingir a comparabilidade.

As alternativas "C" e "E" estão erradas porque falam do conceito de uniformidade, a qual, segundo o CPC 00, não se equipara à comparabilidade. A representação fidedigna significa buscar a essência econômica do que se deseja evidenciar. Tratar todos os eventos de modo uniforme pode prejudicar a comparabilidade, na medida em que, por exemplo, eventos diferentes podem ser

estimados por métodos diferentes, os quais tornam sua representação mais fidedigna. Por exemplo, uma entidade pode estimar suas provisões por um método e, outra, por outro método, ambos os mais adequados às respectivas realidades. Aplicar um método uniforme de estimativa de provisões para as duas entidades pode levar à perda de comparabilidade, por distorcer as respectivas essências econômicas.

A alternativa "D" diz respeito à verificabilidade. Mesmo assim, ela está errada, pois a verificabilidade não tem a pretensão de levar os usuários da informação contábil-financeira a um completo acordo quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna.

**GABARITO: A**

Na prova que a ESAF aplicou recentemente para o cargo de AFC – Contábil (bela prova....) este assunto caiu assim:

(ESAF – STN – Contábil 2013) A empresa Patrimônio S.A. efetuou a depreciação utilizando os percentuais fiscais, ainda que soubesse que a vida econômica do bem era maior do que as taxas fiscais. A decisão foi tomada em função das dificuldades em controlar as duas depreciações, o que levaria a empresa a ter custos de controle não suportáveis pelo porte e situação financeira da empresa, inviabilizando o negócio. Referida situação

- a) afeta diretamente a neutralidade na apresentação de uma demonstração contábil fidedigna, não sendo possível considerar a demonstração fidedigna.
- b) altera a demonstração contábil de forma material, impedindo o reconhecimento como uma demonstração contábil fidedigna.
- c) permite considerar a demonstração contábil fidedigna, uma vez que o custo para geração de uma informação com melhor qualidade não justificaria o benefício.
- d) atende ao princípio da prudência, visto que a decisão de adotar a depreciação que atribui maior valor ao resultado permite a geração de uma demonstração conservadora mais fidedigna.
- e) distorce a possibilidade do usuário em analisar a demonstração contábil, sendo necessário o ajuste para considerá-la fidedigna.

**COMENTÁRIOS**

A questão é muito boa!

Explora um aspecto nunca antes cobrado: o custo-benefício para produzir informação contábil-financeira útil. Vamos reproduzir o CPC 00 para "pegar



intimidade com o texto”:

***“Na aplicação da restrição do custo, avalia-se se os benefícios proporcionados pela elaboração e divulgação de informação em particular são provavelmente justificados pelos custos incorridos para fornecimento e uso dessa informação. Quando da aplicação da restrição do custo no desenvolvimento do padrão proposto de elaboração e divulgação, o órgão normatizador deve procurar se informar junto aos fornecedores da informação, usuários, auditores independentes, acadêmicos e outros agentes sobre a natureza e quantidade esperada de benefícios e custos desse padrão. Em grande parte dos casos, as avaliações são baseadas na combinação de informação quantitativa e qualitativa.”*** (grifo nosso).

O CPC 00 arremata:

*“Entretanto, não é possível para relatórios contábil-financeiros de propósito geral fornecer toda e qualquer informação que todo usuário repute ser relevante.”*

Ou seja, não se pode pensar em obter a informação a qualquer custo, devendo a informação ser relevante e fidedigna dentro da relação custo-benefício favorável à entidade.

As alternativas “A”, “B” e “E” erram, pois não consideram a informação de restrição de custo do enunciado, rejeitando a informação por falta de fidedignidade.

A alternativa “D” erra ao afirmar que adotar a opção que fornece o maior resultado atende ao princípio da prudência. Aliás, isso não tinha nada a ver com o tema da questão.

**GABARITO: C**

### **1.3.3. A definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos a partir dos quais as demonstrações contábeis são elaboradas.**

#### ***Premissa subjacente***

#### ***Continuidade***

As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (*going concern assumption*) e irá manter-se em

operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Por outro lado, se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada.

Esta premissa também está presente no princípio de contabilidade denominado **continuidade**, na forma da resolução nº 750/93, com as alterações da Resolução nº 1.282/10:

*"Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)"*

### **Importante!**

#### **Posição patrimonial e financeira**

Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:

(a) **ativo** é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;

(b) **passivo** é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;

(c) **patrimônio líquido** é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Já caiu assim.

(CESGRANRIO PETROBRAS Contador Jr. 2011) Nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico do CPC que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, essas demonstrações retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, agrupando-os em classes de acordo com as suas características econômicas, sendo essas classes chamadas de elementos das demonstrações contábeis. Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira são **APENAS** os seguintes:

- (A) ativo e passivo
- (B) ativo, receitas e despesas
- (C) ativo, passivo, receitas e despesas
- (D) ativo, passivo e patrimônio líquido
- (E) passivo e patrimônio líquido

#### **COMENTÁRIO**

Conforme estabelece o CPC 00, os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira são apenas: ativos, passivos e patrimônio líquido.

#### **GABARITO: D**

#### **Performance**

O resultado é frequentemente utilizado como medida de performance ou como base para outras medidas, tais como o retorno do investimento ou o resultado por ação. **Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do resultado são as receitas e as despesas.** O reconhecimento e a mensuração das receitas e despesas e, conseqüentemente, do resultado, dependem em parte dos conceitos de capital e de manutenção de capital adotados pela entidade na elaboração de suas demonstrações contábeis. Os elementos de receitas e despesas são definidos como segue:

(a) **receitas** são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais;

(b) **despesas** são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção

Egbert Buarque

de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

#### 1.3.4. Os conceitos de capital e de manutenção de capital

##### Conceitos de capital

O conceito de capital financeiro (ou monetário) é adotado pela maioria das entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade. Segundo o conceito de capital físico, tal como capacidade operacional, o capital é considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.

A seleção do conceito de capital apropriado para a entidade deve estar baseada nas necessidades dos usuários das demonstrações contábeis. Assim, o conceito de capital financeiro deve ser adotado se os usuários das demonstrações contábeis estiverem primariamente interessados na manutenção do capital nominal investido ou no poder de compra do capital investido. Se, contudo, a principal preocupação dos usuários for com a capacidade operacional da entidade, o conceito de capital físico deve ser adotado. O conceito escolhido indica o objetivo a ser alcançado na determinação do lucro, mesmo que possa haver algumas dificuldades de mensuração ao tornar operacional o conceito.

##### **Exemplo: diferença entre manutenção de capital financeiro e capital físico.**

Uma empresa pode, na determinação do seu resultado, avaliar uma máquina, por exemplo, pelo custo amortizado (custo histórico deduzido de depreciação e de *impairment*, quando for o caso). Agindo desta forma, ela estará buscando receitas para recuperar o fluxo de caixa aplicado na aquisição da máquina, ou seja, o seu lucro estará baseado na manutenção do capital financeiro (nominal).

Mas será que esta é a melhor forma de apurar o lucro? Talvez não. E por quê?

Pode ser que o custo para repor uma máquina com igual capacidade operacional seja maior do que o fluxo de caixa a recuperar, calculado com base na depreciação.

Se isto estiver ocorrendo, a empresa pode estar superestimando seu lucro e, conseqüentemente, dilapidando sua capacidade operacional. É como se ela

achasse que está distribuindo lucro para os acionistas, quando, na verdade, ela está distribuindo “pedaços” de sua máquina (capacidade operacional). No longo prazo, esta redução de capacidade se tornará aparente e demandará investimentos substanciais na sua reposição.

Conclusão: os métodos de avaliação com base no custo histórico estão relacionados ao conceito de manutenção do capital financeiro, enquanto os métodos de avaliação baseados no custo de reposição (custo corrente) estão relacionados ao conceito de manutenção de capital físico.

Feito o exemplo para diferenciar os dois conceitos de manutenção de capital, vejamos as definições do CPC 00:

**(a) Manutenção do capital financeiro.** De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.

**(b) Manutenção do capital físico.** De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

## 2. Análise econômico-financeira

### 2.3. Introdução

Qualquer análise das demonstrações financeiras, para ser bem feita e ter utilidade, deverá ser comparada com, pelo menos, um a das alternativas a seguir enunciadas:

- a) série histórica da mesma empresa;
- b) padrões previamente estabelecidos pela administração da empresa;
- c) quocientes das empresas pertencentes ao mesmo ramo de atividade, médias, modas de tais quocientes;
- d) certos parâmetros de interesse regional, nacional ou internacional.

Além disso, a análise das demonstrações contábeis visa fornecer informações para auxiliar na tomada de decisão dos usuários das demonstrações. Há dois tipos de usuários:

**Usuários internos:** administradores, acionistas ou sócios controladores; e

**Usuários externos:** acionistas ou sócios não controladores, bancos, fornecedores, governo.

#### **2.4. Análise Vertical ou de Estrutura**

A análise vertical tem como principal objetivo demonstrar as participações relativas de cada item de uma demonstração contábil, em relação a determinado referencial.

**AVn (Percentual de Participação) = (Valor do Elemento/Valor Total) x 100**

A análise vertical pode ser dividida em dois tipos:

- (i) Análise vertical sintética;
- (ii) Análise vertical analítica

Há uma análise sintética, no balanço patrimonial, quando é calculada a relação entre o valor do grupo de contas e o valor total da classe (ativo ou passivo).

Exemplo: AV (ativo circulante/Total do ativo) X 100

**Ativo circulante: grupo de contas**

**Ativo total: valor total da classe.**

No balanço patrimonial é comum determinar qual a relação percentual de cada elemento do ativo em relação ao ativo total e, também, a relação percentual entre cada elemento do passivo e o passivo total. Esse caso corresponde a um exemplo de análise vertical analítica, em que é calculada a relação da seguinte forma:

- do subgrupo de contas em relação ao grupo;
- da conta em relação ao subgrupo, grupo ou classe;

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

- da subconta em relação à conta, ao subgrupo, grupo ou classe.

Exemplo:  $AV \text{ (Disponibilidades/Ativo Circulante)} \times 100$

Ou

$AV \text{ (Disponibilidades/Ativo total)} \times 100$

Há que se destacar que a simples identificação da relação percentual de um elemento do ativo ou do passivo em relação ao ativo total ou passivo total, respectivamente, não é suficiente para possibilitar ao analista tirar conclusões sobre a situação da empresa. Mais importante ao analista é observar a representatividade de um item ao longo de dois ou mais exercícios, pois, desse modo, é possível concluir sobre as mudanças da estrutura do demonstrativo.

No balanço a seguir, as aplicações financeiras representavam 27,7% do total do ativo em 20X1, enquanto em 20X3 passaram a representar 2,1%. Entretanto,, não há como saber quais foram os motivos dessa diminuição, pois podem ter sido por mudanças da política da empresa em relação às aplicações financeiras ou, por exemplo, necessidade de aumento do volume de estoques.

Repare também que, no balanço a seguir, a empresa classificou a conta Duplicatas Descontadas como Passivo e não como uma conta retificadora do Ativo, pois, para efeito de análise, esta conta, por ser uma obrigação, classifica-se no passivo. **Importante ressaltar que a conta duplicatas descontadas, com a convergência aos padrões internacionais, passa a ser classificada no passivo, conforme já ensina o Manual FIPECAFI (p. 309).**

Outra exceção é com relação ao Passivo Não Circulante – Receitas Diferidas (antigo Resultados de Exercícios Futuros), que, por representar recursos próprios da empresa, incorpora-se, geralmente, ao Patrimônio Líquido.

Entretanto, o analista pode comparar os percentuais obtidos pela análise vertical de uma empresa com os resultados de outras do mesmo setor e verificar se estão compatíveis com a realidade desse setor. Para esta comparação, é preferível que as empresas sejam do mesmo porte e estejam localizadas na mesma região geográfica.

Resumindo, a análise vertical mostra, em cada exercício, a relevância de cada item em relação à base adotada. Logo, se o índice de determinado item não é relevante, o analista não deve perder tempo analisando-o.

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

Exemplo:

ATIVO	20X1		20X2		20X3	
	\$	AV (%)	\$	AV (%)	\$	AV (%)
disponibilidades	4.846,00	0,8%	5.380,00	0,8%	5.495,00	0,8%
aplicações financeiras	174.071,00	27,7%	48.325,00	7,5%	14.144,00	2,1%
duplicatas a receber	101.846,00	16,2%	110.241,00	17,1%	100.407,00	14,8%
(-) Prov. Devedores Duvidosos	- 5.448,00	-0,9%	- 6.055,00	-0,9%	- 7.495,00	-1,1%
estoques	55.848,00	8,9%	67.087,00	10,4%	73.659,00	10,9%
outro valores a receber	3.313,00	0,5%	19.260,00	3,0%	30.100,00	4,4%
despesas antecipadas	1.200,00	0,2%	1.805,00	0,3%	3.878,00	0,6%
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>335.676,00</b>	<b>53,4%</b>	<b>246.043,00</b>	<b>38,2%</b>	<b>220.188,00</b>	<b>32,5%</b>
Partes Relacionadas			6.938,00	1,1%	1.126,00	0,2%
outros realizáveis a longo prazo	82.303,00	13,1%	97.424,00	15,1%	117.919,00	17,4%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
<b>realizável a longo prazo</b>	<b>82.303,00</b>	<b>13,1%</b>	<b>104.362,00</b>	<b>16,2%</b>	<b>119.045,00</b>	<b>17,6%</b>
investimento	55.396,00	8,8%	139.231,00	21,6%	166.151,00	24,5%
imobilizado	155.226,00	24,7%	154.098,00	23,9%	172.335,00	25,4%
intangível						
<b>TOTAL DO ANC - INV, IMOB, INTANG.</b>	<b>210.622,00</b>	<b>33,5%</b>	<b>293.329,00</b>	<b>45,6%</b>	<b>338.486,00</b>	<b>49,9%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>628.601,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>643.734,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>677.719,00</b>	<b>100,0%</b>
<b>PASSIVO + PL</b>						
duplicatas descontadas	29.144,00	4,6%	29.978,00	4,7%	14.190,00	2,1%
instituições financeiras	102.003,00	16,2%	54.934,00	8,5%	52.783,00	7,8%
outros não cíclicos	16.069,00	2,6%	19.881,00	3,1%	25.782,00	3,8%
fornecedores	30.776,00	4,9%	44.292,00	6,9%	53.199,00	7,8%
salários e encargos sociais	31.539,00	5,0%	35.141,00	5,5%	31.761,00	4,7%
impostos e taxas	14.161,00	2,3%	25.933,00	4,0%	33.078,00	4,9%
outros cíclicos						
<b>Passivo Circulante</b>	<b>223.692,00</b>	<b>35,6%</b>	<b>210.159,00</b>	<b>32,6%</b>	<b>210.793,00</b>	<b>31,1%</b>
Outros exigíveis a Longo Prazo	77.166,00	12,3%	101.106,00	15,7%	125.952,00	18,6%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>77.166,00</b>	<b>12,3%</b>	<b>101.106,00</b>	<b>15,7%</b>	<b>125.952,00</b>	<b>18,6%</b>
Capital Social Integralizado	304.620,00	48,5%	304.620,00	47,3%	304.710,00	45,0%
Reservas	6.725,00	1,1%	10.631,00	1,7%	19.136,00	2,8%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	16.398,00	2,6%	17.218,00	2,7%	17.128,00	2,5%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>327.743,00</b>	<b>52,1%</b>	<b>332.469,00</b>	<b>51,6%</b>	<b>340.974,00</b>	<b>50,3%</b>
<b>Total do Passivo + PL</b>	<b>628.601,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>643.734,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>677.719,00</b>	<b>100,0%</b>



**Egbert Buarque**

A análise vertical da Demonstração do Resultado do Exercício também pode ser dividida em análise vertical sintética e analítica.

Na análise vertical sintética das demonstrações do resultado do exercício, há a comparação dos resultados em relação à receita líquida de vendas.

Exemplo:  $AV = (\text{Lucro Operacional} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$ .

Na análise vertical analítica das demonstrações do resultado do exercício, há a comparação das contas em relação ao grupo a que pertencem ou à receita líquida de vendas.

Exemplo:  $AV = (\text{CMV} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$

Resumindo, na análise vertical das demonstrações do resultado do exercício, é costume adotar como base de cálculo o valor da receita operacional líquida (representando 100%) para identificar a representatividade de cada uma das contas de receitas, custos ou despesas.

Exemplo de análise vertical da DRE

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

	20X1		20X2		20X3	
	\$	%	\$	%	\$	%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>870.414,00</b>	<b>134,1%</b>	<b>976.716,00</b>	<b>132,7%</b>	<b>974.655,00</b>	<b>131,0%</b>
(-) Impostos sobre Vendas	- 221.223,00	-34,1%	- 231.912,00	-31,5%	- 230.567,00	-31,0%
<b>(=) Receita Operacional Líquida</b>	<b>649.191,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>735.804,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>744.088,00</b>	<b>100,0%</b>
(-) Custo dos Serviços Prestados	- 469.960,00	-72,4%	- 509.419,00	-69,2%	- 489.680,00	-65,8%
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>179.231,00</b>	<b>27,6%</b>	<b>226.385,00</b>	<b>30,8%</b>	<b>254.408,00</b>	<b>34,2%</b>
(-) Depreciações	- 34.620,00	-5,3%	- 32.563,00	-4,4%	- 30.680,00	-4,1%
(-) Despesas Comerciais	- 58.824,00	-9,1%	- 75.820,00	-10,3%	- 83.880,00	-11,3%
(-) Despesas Administrativas	- 38.650,00	-6,0%	- 46.644,00	-6,3%	- 43.674,00	-5,9%
(-) Despesas c/ Devedores Duvidosos	- 1.043,00	-0,2%	- 607,00	-0,1%	- 1.440,00	-0,2%
(+) Receitas Financeiras	28.901,00	4,5%	9.845,00	1,3%		0,0%
(-) Despesas Financeiras		0,0%	- 2.133,00	-0,3%	- 3.567,00	-0,5%
(+) Equivalência Patrimonial	2.352,00	0,4%	17.460,00	2,4%	27.381,00	3,7%
(+) Outras Receitas - Outras Despesas	- 962,00	-0,1%	309,00	0,0%	- 282,00	0,0%
<b>(=) Lucro Operacional Líquido (Lucro antes do IR)</b>	<b>76.385,00</b>	<b>11,8%</b>	<b>96.232,00</b>	<b>13,1%</b>	<b>118.266,00</b>	<b>15,9%</b>
(-) Provisão para IR e CSLL	- 10.450,00	-1,6%	- 18.106,00	-2,5%	- 16.127,00	-2,2%
<b>(=) Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>65.935,00</b>	<b>10,2%</b>	<b>78.126,00</b>	<b>10,6%</b>	<b>102.139,00</b>	<b>13,7%</b>

No quadro anterior, o custo dos serviços prestados, ao longo dos três anos, diminuiu de 72,4% da receita operacional líquida para 65,8%. Além disso, o Lucro Líquido do Exercício variou de 10,2% da Receita Operacional Líquida para 13,7%. Logo, é possível identificar qual seria a contribuição de cada conta no resultado da empresa.

Um outro item, que contribuiu para o aumento do resultado do exercício, foi a redução dos impostos sobre vendas, que caiu de 34,1% em 20X1, para 31,0% da receita operacional líquida em 20X3.

Observe, entretanto, que apesar de o analista, por meio da análise vertical, verificar que ocorreu uma diminuição percentual dos impostos sobre vendas, no período, e dos custos dos produtos vendidos, não é possível identificar as causas.

Logo, a função do analista será buscar as causas dessas variações. Por exemplo, normalmente, quanto maior o volume da produção, menor será a parcela de custos fixos agregada a cada unidade produzida, ou seja, um aumento nas vendas e, conseqüentemente, no volume de produção, tenderá gerar um custo menor.

## **2.5. Análise Horizontal ou de Evolução**

O objetivo principal da análise horizontal ou de evolução é permitir o exame da evolução histórica de cada uma das contas que compõem as diversas demonstrações contábeis, ou seja, ela avalia o aumento ou a diminuição dos valores, que expressam os elementos patrimoniais ou do resultado, em uma determinada série histórica de exercícios.

Uma vez que os balanços estejam expressos em moeda de poder aquisitivo na mesma data, a análise horizontal assume certa significância e pode acusar, imediatamente, áreas de maior interesse para investigação. Caso os balanços não estejam expressos em moeda de poder aquisitivo constante, o analista precisará, no mínimo, do índice de inflação do período para realizar a atualização monetária.

Normalmente, em uma análise horizontal ou de evolução, considera-se o primeiro exercício como base e a evolução dos demais exercícios ocorre em relação ao estabelecido como base.

Exemplo:

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

	20X1		20X2		20X3	
	\$	AH (%)	AH (%)	AH (%)	\$	AH (%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>870.414,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>976.716,00</b>	<b>112,2%</b>	<b>974.655,00</b>	<b>112,0%</b>
(-) Impostos sobre Vendas	- 221.223,00	100,0%	- 231.912,00	104,8%	- 230.567,00	104,2%
<b>(=) Receita Operacional Líquida</b>	<b>649.191,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>735.804,00</b>	<b>113,3%</b>	<b>744.088,00</b>	<b>114,6%</b>
(-) Custo dos Serviços Prestados	- 469.960,00	100,0%	- 509.419,00	108,4%	- 489.680,00	104,2%
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>179.231,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>226.385,00</b>	<b>126,3%</b>	<b>254.408,00</b>	<b>141,9%</b>
(-) Depreciações	- 34.620,00	100,0%	- 32.563,00	94,1%	- 30.680,00	88,6%
(-) Despesas Comerciais	- 58.824,00	100,0%	- 75.820,00	128,9%	- 83.880,00	142,6%
(-) Despesas Administrativas	- 38.650,00	100,0%	- 46.644,00	120,7%	- 43.674,00	113,0%
(-) Despesas c/ Devedores Duvidosos	- 1.043,00	100,0%	- 607,00	58,2%	- 1.440,00	138,1%
(+) Receitas Financeiras	28.901,00	100,0%	9.845,00	34,1%		
(-) Despesas Financeiras		100,0%	- 2.133,00		- 3.567,00	
(+) Equivalência Patrimonial	2.352,00	100,0%	17.460,00	742,3%	27.381,00	1164,2%
(+) Outras Receitas - Outras Despesas	- 962,00	100,0%	309,00	-32,1%	- 282,00	29,3%
<b>(=) Lucro Operacional Líquido (Lucro antes do IR)</b>	<b>76.385,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>96.232,00</b>	<b>126,0%</b>	<b>118.266,00</b>	<b>154,8%</b>
(-) Provisão para IR e CSLL	- 10.450,00	100,0%	- 18.106,00	173,3%	- 16.127,00	154,3%
<b>(=) Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>65.935,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>78.126,00</b>	<b>118,5%</b>	<b>102.139,00</b>	<b>154,9%</b>

**IMPORTANTE:**

**A análise horizontal ou de evolução pode ser nominal, quando não considera a inflação do período, ou real, quando considera a inflação do período. Neste segundo caso, antes de se proceder à análise, deve-se corrigir a base pelo índice de inflação escolhido.**

**2.6. Índice de Liquidez Corrente (LC)**

O índice de liquidez corrente mostra o quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis no curto prazo, para fazer face a dívidas que devem

ser pagas no mesmo período. Mostra a capacidade de a empresa pagar suas dívidas de curto prazo.

O índice de liquidez corrente está diretamente associado ao ciclo operacional da empresa. Uma empresa comercial, por via de regra, deve ter um índice de liquidez corrente maior que uma empresa prestadora de serviços, pois esta não possui estoques, que naquela ainda teriam que ser vendidos para se transformarem em disponibilidades ou créditos. Em comparação com empresas industriais, o índice de liquidez corrente deve ser maior que nas empresas comerciais, pois seu ciclo operacional é maior e grande parte do ativo circulante corresponde a estoques de matérias primas, produtos em fabricação e produtos prontos. Resumindo, quanto maior o ciclo operacional, maior o índice de liquidez corrente.

**(\*) Ciclo Operacional: espaço de tempo compreendido entre a compra de mercadorias ou matérias primas e recebimento de clientes.**

**LC = AC/PC**

**AC = ativo circulante**

**PC = passivo circulante**

Interpretação: quanto maior, melhor, pois significa maior folga da empresa em relação a compromissos de curto prazo.

## **2.7. Índice de Liquidez Imediata (LI)**

O índice de liquidez imediata mostra o quanto a empresa possui em dinheiro, para fazer face às suas dívidas a serem pagas no curto prazo. Ou seja, mostra o percentual de dívidas de curto prazo que a empresa tem condições de liquidar imediatamente.

Normalmente, as empresas que pagam a maior parte de suas obrigações à vista possuem maior necessidade de elevados índices de liquidez imediata.

**LI = Disponibilidades / PC**

**Disponibilidades = Caixa + Depósitos bancários à vista + Numerários em trânsito + Aplicações de Liquidez Imediata**

A interpretação isolada desse índice é a seguinte: quanto maior a liquidez imediata, melhor será, pois mostra que a empresa possui condições de pagar suas dívidas de curto prazo. Entretanto, nem sempre um elevado índice de liquidez imediata representa uma situação favorável, pois, em países de elevados índices de inflação, uma elevada liquidez imediata representa dinheiro não aplicado no mercado financeiro ou em estoques, ocasionando prejuízos em função da perda do poder aquisitivo da moeda.

**2.8. Índice de Liquidez Seca ou Liquidez Ácida (LS)**

O índice de liquidez seca mostra a porcentagem de dívidas de curto prazo que podem ser liquidadas com a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante.

O índice de liquidez seca pode ser considerado um aprimoramento do índice de liquidez corrente, visto que não considera os estoques, que, como são necessários à própria atividade da empresa, podem ser considerados uma espécie de investimento permanente do ativo circulante.

$$\text{LS} = (\text{AC} - \text{Estoques}) / \text{PC}$$

A interpretação isolada desse índice é a seguinte: quanto maior a liquidez seca, melhor será, pois mostra que a empresa terá condições de pagar suas dívidas de curto prazo.

**2.9. Índice de liquidez Geral (LG)**

O índice de liquidez geral mostra o quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer face às suas dívidas totais.

$$\text{LG} = (\text{AC} + \text{ANC "RLP"}) / (\text{PC} + \text{PNC "LP"})$$

A interpretação desse índice é a seguinte: quanto maior a liquidez geral, melhor será, pois mostra que a empresa possui condições de pagar suas dívidas totais.

Regra geral: para considerar uma empresa com condição favorável, é necessário que a liquidez geral seja maior do que 1.

### **2.10. Índice de Solvência ou Margem de Garantia (MG)**

Representa a capacidade de a empresa pagar suas dívidas de curto e longo prazo com os recursos totais do ativo.

$$\mathbf{MG = (Ativo Total)/(PC + PNC \text{ "LP"})}$$

A interpretação isolada desse índice é a seguinte: quanto maior a margem de garantia, melhor será, pois mostra que a empresa possui condições de pagar suas dívidas totais.

### **2.11. Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro Líquido (CGL)**

Mostra a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, representa a parcela de capital de curto prazo aplicada pela empresa em seu ciclo de operação.

$$\mathbf{CCL = AC - PC}$$

**Como:  $AC + ANC = PC + PNC + PL$ , tem-se**

$$\mathbf{AC - PC = PNC + PL - ANC, \text{ onde:}}$$

**PNC + PL: recursos não correntes**

**ANC: aplicações não correntes**

O capital de giro próprio (CGP), também conhecido como Capital Circulante Próprio (CCP), corresponde ao excesso de capital próprio (PL) sobre as aplicações não correntes.

$$\mathbf{CGP = PL - ANC}$$

### **2.12. Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)**

Esse índice mostra quanto do Patrimônio Líquido da empresa está aplicado no ativo não circulante – Investimentos, Imobilizado e Intangível.

$$\text{IPL} = \text{Imobilizado} / \text{PL}$$

A interpretação isolada desse índice é a seguinte: quanto maior o índice de imobilização do Patrimônio Líquido, pior será, visto que representa um percentual do capital próprio da empresa no imobilizado, que é de menor liquidez.

### **2.13. Imobilização de Capital de Longo Prazo ou de Recursos Não Correntes (INC)**

Esse índice mostra quanto dos recursos não correntes da empresa (PNC + PL) está aplicado no ativo não circulante – Investimentos, Imobilizado e Intangível.

$$\text{INC} = \text{ANC "Inc, Imob e Intang"} / (\text{PNC} + \text{PL})$$

A interpretação isolada desse índice é a seguinte: quanto maior o índice de imobilização de recursos não correntes, pior será, visto que, representa um percentual dos recursos não correntes da empresa no imobilizado, que é de menor liquidez.

### **2.14. Índice de Endividamento (IE)**

Representa o percentual de recursos de terceiros que financiam o ativo.

$$\text{IE} = (\text{PC} + \text{PNC "LP"}) / (\text{AC} + \text{ANC})$$

**Ou**

$$\text{IE} = 1 / \text{Margem de Garantia ou Índice de Solvência}$$

A interpretação isolada desse índice é a seguinte: quanto maior o índice de endividamento, pior será, pois mostra que a empresa está utilizando mais recursos de terceiros para financiar o ativo.

Ele não tem empregado esta fórmula, mas fica a referência.



### **2.15. Participação de Capitais de Terceiros (PCT)**

Esse índice mostra o percentual de capitais de terceiros em relação ao Patrimônio Líquido, demonstrando a dependência da empresa em relação aos recursos externos.

$$\text{PCT} = (\text{PC} + \text{PNC "LP"}) / \text{PL}$$

A interpretação isolada desse item é a seguinte: quanto maior o índice de participação de capitais de terceiros, pior será, visto que há um risco em investir na empresa que possui grande dependência de recursos externos.

Para a empresa, entretanto, pode ser que um maior endividamento gere um ganho maior. Ou seja, para a empresa pode ser vantajosa a utilização de capitais de terceiros, desde que, o lucro gerado pelos ativos seja superior ao custo da dívida. Se a empresa utiliza recursos de terceiros pagando x% ao mês de juros, será necessário que ela aplique estes recursos de modo que eles gerem lucros superiores a x% ao mês. Contudo, o analista deve trabalhar, também, com as hipóteses de risco e, nesse caso, quanto maior o endividamento da empresa, maior risco de ela não honrar seus compromissos com os credores.

**Obs: Garantia de Capital de Terceiros (GCT) = 1/PCT**

**Indica a garantia proporcionada pelo Patrimônio Líquido da empresa aos seus credores. Quanto maior o valor do PL, maior é a garantia.**

### **2.16. Composição do Endividamento (CE)**

Esse índice mostra o quanto da dívida total da empresa deverá ser pago no curto prazo, isto é, mostra a relação das dívidas de curto prazo com as dívidas de longo prazo.

$$\text{CE} = \text{PC} / (\text{PC} + \text{PNC "LP"})$$

A interpretação isolada desse índice é a seguinte: quanto maior a composição do endividamento, pior será, visto que, quanto mais dívidas de curto prazo a empresa tiver que pagar, maior a pressão para a geração de recursos, de modo que a empresa possa honrar seus compromissos.

### **2.17. Lucro Líquido por Ação do Capital (LLA)**

Corresponde ao resultado da divisão do Lucro Líquido do Exercício pelo número total de ações em que se divide o capital social da empresa.

**LLA = Lucro Líquido do Exercício/Nº total de Ações**

### **2.18. Valor Patrimonial por Ação (VPA)**

Corresponde ao resultado final da divisão do Patrimônio Líquido da empresa pelo número total de ações que compõem o capital social.

**VPA = Patrimônio Líquido/Nº Total de ações**

Normalmente o LLA e o VPA são utilizados para comparação entre diversas empresas do mesmo setor, pois correspondem à representatividade do Lucro e Patrimônio Líquido em relação às ações que compõem o capital social, respectivamente.

### **2.19. Prazo de Retorno Econômico por Ação ou Índice Preço/Lucro (PRE)**

Representa o prazo de retorno potencial do investimento em uma determinada ação.

**PRE = Valor de Mercado da Ação/Lucro Líquido por Ação**

### **2.20. Prazo de Retorno Financeiro da Ação (PRF)**

Representa o prazo de retorno efetivo do investimento em uma determinada ação.

**PRF = Valor de Mercado da Ação/Dividendo por Ação**

### **2.21. Indicadores de Dividendos**

***Payout = Dividendos por Ação/Lucro por Ação***

Indica quanto do lucro gerado por ação se transformou em dividendos por ação.

***Dividend Yield = Dividendo por Ação/Preço de Mercado da Ação = 1/PRF***  
Mostra o retorno da ação, em relação ao capital aplicado em sua aquisição.

## **2.22. Rentabilidade do Ativo ou Retorno sobre o Ativo (RSA)**

Esse índice mostra a rentabilidade da empresa em relação aos investimentos totais, representados pelo ativo total médio.

**RSA = Lucro Líquido do Exercício/Ativo total Médio**

**Ativo Total Médio = (saldo inicial do ativo + saldo final do ativo)/2**

A interpretação isolada desse índice é a seguinte: quanto maior o retorno sobre o ativo, melhor o aproveitamento dos recursos aplicados no ativo, isto é, o índice mostra o nível de eficiência em que são utilizados os recursos aplicados na empresa (ativo total) para proporcionar lucros.

Alternativamente:

**RSA = Margem Líquida X Giro do Ativo,**

## **2.23. Rentabilidade do Capital Próprio ou Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL)**

Esse índice mostra a rentabilidade da empresa em relação ao seu capital próprio, representado pelo patrimônio Líquido, ou seja, indica quanto de prêmio os acionistas ou proprietários da empresa estão obtendo, em relação aos seus investimentos no empreendimento.

**RSPL = Lucro Líquido do Exercício/PL Médio,**

**Onde**

**PL Médio = (Saldo inicial do PL + Saldo final do PL)/2**

A interpretação desse índice é a seguinte: quanto maior o retorno sobre o patrimônio Líquido, melhor o prêmio dos acionistas ou proprietários em relação ao capital investido na empresa.

#### **2.24. Rentabilidade Financeira (RF)**

Corresponde ao resultado da relação entre o Lucro Líquido do Exercício e o somatório do Capital Social com as Reservas de Capital e de Lucros.

$$\mathbf{RF = Lucro Líquido do Exercício / (Capital Social + Reservas)}$$

#### **2.25. Margem Bruta (MB)**

$$\mathbf{MB = Lucro Bruto / Receita Líquida}$$

Representa a margem de lucro bruto sobre a receita de vendas líquida. Quanto maior esta margem, melhor para a empresa.

#### **2.26. Lucratividade sobre Vendas ou Margem Líquida (ML)**

Esse índice compara o lucro líquido do exercício em relação às vendas líquidas do período, fornecendo o percentual de lucro, que a empresa alcança, em relação ao seu faturamento.

$$\mathbf{ML = Lucro Líquido do Exercício / Receita Líquida}$$

A interpretação isolada desse índice é a seguinte: quanto maior o índice de retorno sobre vendas, melhor a eficiência da empresa.

#### **2.27. Margem Operacional (MOP)**

$$\mathbf{MOP = Lucro Operacional / Receita Líquida}$$

Este índice mostra a proporção do lucro operacional em relação à receita líquida.

### 2.28. Giro do Ativo (GA)

É considerado um dos principais indicadores da empresa e estabelece a relação entre as vendas do período e os investimentos totais realizados, ou seja, o ativo total médio.

$$\mathbf{GA = Receita Líquida/Ativo Total Médio}$$

Onde

$$\text{Ativo Total Médio} = (\text{saldo inicial do ativo} + \text{saldo final do ativo total})/2$$

A interpretação isolada desse índice é a seguinte: quanto maior o índice de giro do ativo, melhor o aproveitamento dos recursos aplicados no ativo, isto é, o índice mostra o nível de eficiência em que são utilizados os recursos, aplicados na empresa (ativo total), para proporcionar vendas.

### 2.29. Indicadores de rentabilidade

- *Retorno sobre o Investimento* =  $\frac{LLE}{Ativo\ Total}$
  
- *Retorno sobre o PL* =  $\frac{LLE}{PL}$

O retorno sobre o investimento mede a rentabilidade da empresa, ou seja, indica o quanto o negócio escolhido é rentável.

Por outro lado, o retorno sobre o PL indica a rentabilidade na visão dos sócios.

Se uma empresa não possui dívidas junto a terceiros, os dois tipos de retorno convergem.

Entretanto, na grande maioria dos casos, as empresas se utilizam de capitais de terceiros, quando a rentabilidade do negócio é maior do que o custo da dívida. Quando isto ocorre, estamos diante da **Alavancagem Financeira**.

Egbert Buarque

Para resumir a alavancagem financeira, digo que ela decorre da idéia de que **melhor do que ganhar dinheiro, é ganhar dinheiro com o dinheiro dos outros**. Ou seja, além de a empresa lucrar usando o capital dos sócios, ela ainda tem ganho adicional ao aplicar capitais de terceiros (dívida) nas suas atividades. Para que a alavancagem financeira seja benéfica (positiva), basta que o custo da dívida seja inferior ao retorno sobre o investimento.

Então quer dizer que se o retorno sobre o investimento é maior que o custo da dívida é possível faturar com o dinheiro emprestado?

Sim. Porém, quanto maior o endividamento de uma empresa (mensurado pelos índices de endividamento), maiores os juros cobrados pelas instituições financeiras, pois a percepção de risco de inadimplência ("calote") cresce com o nível de endividamento. Resumindo, quanto mais endividada uma empresa, fica mais caro tomar novos empréstimos.

Mas como a alavancagem financeira acontece em números?

Suponhamos uma empresa com a seguinte estrutura patrimonial:

Ativo = \$ 300

PL = \$ 300

Lucro líquido = \$ 60

Retorno sobre o investimento =  $60/300 = 0,20$  (20%)

Suponha agora que a mesma empresa tenha mudado sua estrutura de capital, constituindo dívidas que geraram uma despesa de juros de \$ 15.

Sua estrutura patrimonial ficou assim:

Ativo = \$ 300

Passivo exigível = \$ 100

PL = \$ 200

Considerando que todas as receitas e despesas que compuseram o resultado anterior se mantiveram e que o resultado se reduziu apenas por causa da

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

despesa de juros, temos que o novo lucro líquido passou a ser de \$ 45 (\$ 60 - \$ 15).

Neste novo cenário, o retorno do investimento reduziu-se para  $45/300 = 0,15$  (15%), enquanto o retorno sobre o PL aumentou para  $45/200 = 0,225$  (22,5%).

Este simples exemplo mostra como funciona a alavancagem financeira. Veja que, embora o retorno da empresa tenha sido reduzido, o retorno sobre o PL (retorno dos sócios ou acionistas, no caso de sociedades por ações) aumentou, pois o custo da dívida (15%) é menor do que o retorno do negócio antes da alavancagem (20%).

O Grau de Alavancagem Financeira (GAF) se mede comparando o retorno sobre o PL (após a alavancagem) e o resultado sem alavancagem.

O retorno após alavancagem é obtido dividindo-se o lucro líquido pelo PL.

O retorno sobre o investimento é calculado a partir das informações da DRE após alavancagem. O efeito da alavancagem é eliminado somando-se a despesa de juros ao lucro após alavancagem, pois, desta forma obtemos o lucro na ausência das dívidas que geram despesas de juros (dívidas onerosas).

$$GAF = \frac{\frac{\text{Lucro Líquido}}{PL}}{\frac{\text{Lucro Líquido} + \text{despesas financeiras}}{\text{Ativo líquido}}}$$

Observe que o retorno sem alavancagem (fração no denominador) é calculado sobre o ativo líquido. Deixei para falar agora sobre este detalhe, pois considera-lo na explicação inicial seria uma complicação desnecessária num primeiro momento.

O ativo líquido (alguns autores gostam de falar em ativo operacional líquido) representa a diferença entre os ativos e os passivos não geradores de despesas de juros (passivo operacional).

Egbert Buarque

Quando o GAF é maior que a unidade, dizemos que a alavancagem é positiva. Quando o GAF é menor que a unidade, a alavancagem é negativa. Se o GAF for igual à unidade, temos uma alavancagem nula ou neutra.

Se considerarmos o efeito do Imposto de Renda (IR) ou do IR e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a fórmula para o cálculo do GAF será:

$$GAF = \frac{\frac{\text{Lucro Líquido}}{PL}}{\frac{\text{Lucro Líquido} + DF - \%IR \text{ e CSLL sobre } DF}{\text{Ativo líquido}}}$$

Onde DF representa o valor das despesas financeiras e o termo **%IR e CSLL sobre DF** representam a redução do IR e da CSLL em razão das despesas financeiras. O termo **(DF - %IR e CSLL sobre DF)** é denominado **despesa financeira líquida**.

Exemplos:

Seja a empresa ABC, cuja estrutura patrimonial é a seguinte:

Ativo = \$ 2.000,00

Patrimônio Líquido = \$ 2.000,00

Portanto, verifica-se que esta empresa dispõe apenas de capital próprio como fonte para seus investimentos (aplicações).

Supondo que a empresa ABC obteve Receita de vendas de \$ 1.200,00 e que o CMV foi de \$ 400,00, com tributação de Imposto de Renda de 15%, podemos elaborar a DRE:

Receita Bruta de Vendas.....	1.200,00
(-) CMV.....	(400,00)
(=) Lucro antes do IR.....	800,00
(-) Imposto de Renda (15%x800,00).....	(120,00)
(=) Lucro Líquido.....	680,00

Com base no Lucro Líquido apurado, verifica-se que a empresa obteve uma rentabilidade de 34% em relação ao capital próprio investido ( $680/2.000 = 0,34$  ou 34%).



**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

Suponhamos que a mesma empresa ABC decida financiar as mesmas aplicações (ativo = investimentos) com \$ 1.500,00 de capital próprio (PL = *equity*) e com \$500,00 de capital de terceiros (passivo oneroso = *debt*). Suponhamos ainda que o capital de terceiros gere despesas financeiras de \$ 100,00 ao longo do exercício e que a Receita Bruta de Vendas e o CMV se mantenham nos mesmos valores da situação inicial. Com base nestas premissas, tem-se a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício (DRE):

Receita Bruta de Vendas.....	1.200,00
(-) CMV.....	(400,00)
(=) Lucro Bruto.....	800,00
(-) Despesas Financeiras.....	(100,00)
(=) Lucro antes do IR.....	700,00
(-) Imposto de Renda (15%x700,00).....	(105,00)
(=) Lucro Líquido do Exercício.....	595,00

A partir do resultado, percebe-se que, embora o Lucro Líquido tenha diminuído, a rentabilidade do capital próprio (LL/PL) aumentou para 59,5% (595/1.000,00). Este aumento se deve à alavancagem financeira conseguida pela empresa por meio de capitais de terceiros. Vejamos:

$$LL/PL = 595/1.500 = 0,397 \text{ ou } 39,7\%$$

$$LL + DF - \%IR \times DF = 595 + 100 - 15\% \times 100 = 680,00 \text{ (lucro anterior, sem despesas financeiras).}$$

Ativo líquido = 2.000,00 (no exemplo, há apenas passivos geradores de despesas financeiras, portanto, o ativo líquido é o próprio ativo total).

$$(LL + DF - \%IR \times 100) / \text{Ativo líquido} = 680 / 2.000 = 0,34 \text{ (Rentabilidade do capital próprio sem despesas financeiras)}$$

Cálculo da alavancagem:

$$GAF = 39,7 / 0,34 = 1,17, \text{ ou seja, alavancagem positiva.}$$

De fato, a rentabilidade inicial do capital próprio foi aumentada em 17%:

$$34\% + 17\% \times 34\% = 39,78\% \text{ (a diferença se deve aos arredondamentos)}$$

Isto significa que a empresa ABC obteve rentabilidade de 34% com seu capital mais uma rentabilidade extra de 5,78% a partir dos capitais de terceiros.

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

Vejamos uma questão sobre o assunto:

<b>demonstração do resultado encerrado em 31/12/2001 (em RS mil)</b>	
receita bruta de vendas	260.000
descontos, abatimentos e tributos sobre as vendas	(57.200)
custo das mercadorias vendidas	(104.000)
despesas comerciais	(25.600)
despesas gerais e administrativas	(35.000)
outras receitas e despesas operacionais	(2.500)
resultado	35.700
IR e CSLL	(12.138)
resultado antes das receitas e despesas financeiras	23.562
despesas financeiras líquidas de IR e CSLL	(12.500)
lucro líquido	11.062
ativo operacional inicial (exclui passivo circulante operacional)	300.000
dívida onerosa (com encargos de juros) inicial (mantida ao longo do ano)	80.000
patrimônio líquido inicial (mantido ao longo do ano)	220.000

(CESPE - FISCAL DE TRIBUTOS MACEIÓ 2003) A alavancagem financeira foi positiva no período.

### **SOLUÇÃO**

Aplicando-se a fórmula apresentada, temos:

Considerando a alavancagem, temos uma rentabilidade do PL de:

$$LL/PL = 11.062/220.000 = 0,05028$$

$$(LL + DF - (IR + CSLL))/Ativo Operacional Inicial = (11.062 + 12.500)/300.000 = 0,07854$$

O Grau de Alavancagem Financeira (GAF) será:

$$GAF = 0,05028/0,07854 = 0,64$$

Portanto, o GAF é menor do que 1, o que representa uma alavancagem negativa, pois o uso de capitais de terceiros reduz a rentabilidade do sócio (acionista). Isso ocorre porque o custo da dívida onerosa é maior que o

retorno do investimento.

Podemos constatar isso a partir da comparação do retorno sobre o investimento (ou sobre o ativo – ROI) com os juros (despesa financeira) da dívida onerosa, líquidos dos efeitos tributários (despesas financeiras líquidas).

$$\text{ROI} = 100 \times 11.062 / 300.000 = 3,69\%$$

$$\text{Despesas financeiras líquidas} = 12.500 / 80.000 = 15,63\%$$

Diante deste “descasamento” entre o retorno do negócio (ROI) e o custo de captação (despesa financeira), conclui-se pela inviabilidade da alavancagem financeira.

**GABARITO: ERRADO**

Outra análise importante de rentabilidade é feita pelo **método Du Pont**.

Ele consiste em determinar a rentabilidade do investimento decompondo-o em **margem de lucro e giro do ativo**.

A margem de lucro é calculada pela razão entre o Lucro Líquido e as Vendas. O giro do ativo é calculado pela razão entre as vendas e o ativo total.

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}} \times \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo Total}}$$

**ROI** significa **Return on Investment** (retorno sobre o investimento ou retorno sobre os ativos).

Esta análise mostra que o retorno sobre o investimento é uma composição entre margem e giro.

Para ilustrar, imagine que um supermercado pode ter uma margem pequena sobre seus produtos porque ele tem um giro muito grande (elevado volume de vendas). Em contrapartida, uma padaria precisa ter uma margem maior do que o supermercado por que seu giro é menor (uma padaria possui um volume de

vendas muito menor do que um supermercado). Conclusão: normalmente, um mesmo produto custa mais caro na padaria do que no supermercado.

Vejamos como o Cespe já cobrou isto.

1. (CESPE - TCU ACE 2008) Caso o retorno sobre o patrimônio líquido (LL/PLm) de uma empresa seja igual a

$$\frac{LL}{PLm} = \frac{LL}{VL} \times \frac{VL}{ATm} \times \frac{ATm}{PLm},$$

em que LL = lucro líquido, VL = vendas líquidas, ATm = ativo total médio e PLm = patrimônio líquido médio, uma das formas de essa empresa melhorar o retorno sem alterar o total do capital empregado (aplicado) será aumentar a relação entre capitais próprios e de terceiros.

### **COMENTÁRIO**

Ao aumentar a relação entre capitais próprios (PL) e capitais de terceiros, sem alterar o capital aplicado (ativo total), a empresa contribuirá para a redução do indicador de rentabilidade sobre o PL.

Vejamos um exemplo.

Suponha que uma empresa apresente a seguinte estrutura patrimonial:

Ativo = 200  
Passivo = 100  
PL = 100

Esta mesma empresa obteve um lucro líquido de 20, o que dá um retorno sobre o PL de  $20/100 = 0,20$  ou 20%.

Suponha, agora, que esta empresa resolveu reduzir seu endividamento, sem diminuir seu ativo total, ficando com a seguinte estrutura de capital:

Ativo = 200  
Passivo = 50

PL = 150

Supondo o mesmo lucro de 20, o retorno sobre o PL será de  $20/150 = 0,1333$  ou 13,33%.

Portanto, o aumento da relação entre capitais próprios em relação aos capitais de terceiros contribui para a redução do retorno sobre o PL, considerando que o lucro líquido se mantenha constante.

**Gabarito: ERRADO**

2. (CESPE - TCU ACE 2008) Considere que uma empresa apresente, em determinado período, os seguintes dados:

vendas líquidas . . . . .R\$ 1.000.000,00  
lucro operacional líquido . . . . . R\$ 100.000,00  
ativo operacional médio . . . . .R\$ 500.000,00

Considere, ainda, que a administração dessa empresa, insatisfeita com o retorno sobre o investimento operacional, estabeleça como meta aumentá-lo em 50%.

Nessa situação, para atingir tal objetivo, uma das opções da empresa será aumentar as vendas em 50%, mantendo a margem de lucro, sem novos investimentos.

**COMENTÁRIO**

Considerando que o retorno sobre o investimento (ROI) é dado pela equação:

$$ROI = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}} \times \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo Total}}$$

Ao aumentar as vendas em 50%, mantendo a mesma margem de lucro, estaremos aumentando, também em 50%, o segundo fator da equação (vendas/ativo total), caso não sejam feitos novos investimentos (isto significa que o ativo total vai se manter no mesmo valor). Mantendo a margem de lucro, o primeiro fator (lucro líquido/vendas) fica constante.

Conclusão, o segundo fator aumenta 50% e o primeiro fator permanece constante, o que faz o produto aumentar em 50% ( $1 \times 1,50 = 1,50$  ou 150%, o que equivale a um aumento de 50%).

**Gabarito: CERTO**

3. (CESPE - TCU ACE 2008) Se, ao analisar a margem operacional de uma empresa, um consultor verificar que essa margem se situa abaixo da média do setor, e se esse quociente for o mais sensível às variações do retorno sobre o investimento operacional, nessa situação, esse consultor deve sugerir, para a melhoria da rentabilidade da empresa, uma das seguintes opções: reduzir as despesas não-operacionais; aumentar as vendas, ainda que a margem de lucro seja sacrificada; ou ampliar a capacidade produtiva.

**COMENTÁRIO**

A rentabilidade da empresa (rentabilidade do investimento) é calculada por:

$$ROI = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}} \times \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo Total}}$$

Vamos analisar as medidas propostas para aumentar o ROI:

**Reduzir as despesas não operacionais:** tende a aumentar o lucro líquido. Seu efeito, de forma isolada, é aumentar o ROI. Entretanto, o sacrifício da margem de lucro anula esta medida, contribuindo para piorar o ROI.

**Ampliar a capacidade produtiva:** tende a diminuir o ROI, se todas as demais variáveis se mantiverem constantes.

Portanto, nenhuma das medidas sugeridas contribui para melhorar a rentabilidade da empresa, conforme desejado pelo enunciado.

**Gabarito: ERRADO**

### 3. PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

Em 2010 foi editada a Resolução CFC nº 1.282/2010, a qual promoveu algumas alterações acerca dos princípios fundamentais de contabilidade.

Uma das alterações promovidas foi a mudança de denominação dos princípios de "Princípios Fundamentais de Contabilidade" para "Princípios de Contabilidade". Outra alteração foi a extinção do princípio da atualização monetária, cujo conceito foi incorporado ao princípio do registro pelo valor inicial. Apesar destas alterações, do ponto de vista conceitual, os princípios continuam refletindo os mesmos significados que são apresentados na Resolução CFC nº 750/93.

A seguir, reproduzimos o texto atualizado da Resolução nº 750/93, fazendo alguns comentários acerca dos conceitos relacionados aos princípios. Também apresentamos o texto anterior (revogado e, portanto, riscado), para que você possa fazer comparações.

#### Resolução CFC n.º 750/93

(Esta Resolução possui o Apêndice II aprovado pela Resolução CFC nº 1111/07).

~~**Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC).**~~  
**Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade (PC).** [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)

O **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

~~**CONSIDERANDO** que a evolução da última década na área da Ciência Contábil reclama a atualização substantiva e adjetiva dos Princípios Fundamentais de Contabilidade a que se refere a Resolução CFC 530/81,~~

**CONSIDERANDO** a necessidade de prover fundamentação apropriada para interpretação e aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade, [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)

**RESOLVE:**

Egbert Buarque

## **CAPÍTULO I** **DOS PRINCÍPIOS E DE SUA OBSERVÂNCIA**

~~**Art. 1º** Constituem PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE (PFC) os enunciados por esta Resolução.~~

~~§ 1º A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).~~

~~§ 2º Na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.~~

**Art. 1º** Constituem PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE (PC) os enunciados por esta Resolução.

§ 1º A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

§ 2º Na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais. ([Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))

## **CAPÍTULO II**

### **DA CONCEITUAÇÃO, DA AMPLITUDE E DA ENUMERAÇÃO**

~~**Art. 2º** Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.~~

**Art. 2º** Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades. ([Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))

~~**Art. 3º** São Princípios Fundamentais de Contabilidade:~~



**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

**Art. 3º** São Princípios de Contabilidade: [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)

I) o da ENTIDADE;

II) o da CONTINUIDADE;

III) o da OPORTUNIDADE;

IV) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;

~~V) o da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA;~~ [\(Revogado pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)

VI) o da COMPETÊNCIA; e

VII) o da PRUDÊNCIA.

## **SEÇÃO I**

### **O PRINCÍPIO DA ENTIDADE**

**Art. 4º** O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

**Parágrafo único** – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

### COMENTÁRIO

Ao afirmar que o patrimônio da entidade é autônomo em relação ao dos sócios, a norma indica que se uma empresa possui um veículo, por exemplo, tal bem não pertence aos sócios, mas à empresa.

Quando a norma afirma que a soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, podemos citar o exemplo das demonstrações consolidadas, hipótese em que as demonstrações contábeis de duas ou mais empresas são agrupadas, segundo regras estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, para que se possa avaliar o desempenho do grupo econômico. Nesta situação, não se cria nova entidade.

## SEÇÃO II

### O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE

~~Art. 5º A CONTINUIDADE ou não da ENTIDADE, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.~~

~~§ 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da ENTIDADE tem prazo determinado, previsto ou previsível.~~

~~§ 2º A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.~~

Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. ([Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))

### COMENTÁRIO

Para a Contabilidade, a entidade é um organismo vivo que continuará a operar por um longo período de tempo (indeterminado) até que surjam fortes evidências em contrário.

Se houver previsão de que determinada empresa extinguir-se-á no próximo exercício, ao elaborar seu balanço patrimonial, tal empresa não poderá classificar suas operações de longo prazo no passivo não circulante, mas no circulante.

Este princípio, em muitas normas internacionais denominado "Entidade em Marcha", reforça o conceito de que o patrimônio é o objeto da contabilidade, o que permita concluir, por exemplo, que uma entidade que tenha suspenso suas operações continua aplicando a contabilidade na avaliação dos seu patrimônio.

## SEÇÃO III

### O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

~~Art. 6º O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.~~

~~**Parágrafo único** — Como resultado da observância do Princípio da OPORTUNIDADE:~~

~~I — desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;~~

~~II — o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;~~

~~III — o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.~~

Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por

isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. ([Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))

### COMENTÁRIO

Este princípio preocupa-se com o momento (tempestividade) e a extensão (integridade) da informação contábil.

Para que a informação contábil seja útil a seus usuários, ela deve refletir a real situação da entidade. Variações no valor dos elementos patrimoniais devem ser reconhecidas, ainda que não haja certeza definitiva de sua ocorrência, mas somente alto grau de possibilidade, como no caso da depreciação.

## SEÇÃO IV

### O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

~~**Art. 7º** Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da ENTIDADE.~~

~~**Parágrafo único** — Do Princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:~~

~~I — a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;~~

~~II — uma vez integrado no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;~~

~~III — o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;~~

~~IV — os Princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;~~

~~V — o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.~~

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

b) Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;

c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

d) Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e

e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. ([Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))

#### **COMENTÁRIO**

Este princípio está presente quando registramos, por exemplo, um veículo pelo seu custo de aquisição. Ou seja, tal elemento patrimonial foi registrado pelo valor da transação que se concretizou com o mundo exterior. Não desrespeita o princípio o fato de esse valor ser imposto pelos agentes externos à entidade.

Entretanto, manter o valor original não significa necessariamente manter o custo histórico no balanço. Esse custo poderá sofrer atualização monetária para que se compensem os efeitos de perda de valor da moeda. Ou seja, a atualização monetária não representa nova avaliação, mas apenas o ajustamento do valor original de um elemento patrimonial para determinada data.

### **SEÇÃO VI**

#### **O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA**

~~**Art. 9º** As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.~~

Egbert Buarque

~~§ 1º O Princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da OPORTUNIDADE.~~

~~§ 2º O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.~~

~~§ 3º As receitas consideram-se realizadas:~~

~~I – nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidora na propriedade de bens anteriormente pertencentes à ENTIDADE, quer pela fruição de serviços por esta prestados;~~

~~II – quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;~~

~~III – pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;~~

~~IV – no recebimento efetivo de doações e subvenções.~~

~~§ 4º Consideram-se incorridas as despesas:~~

~~I – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;~~

~~II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;~~

~~III – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.~~

Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. ([Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))

### **COMENTÁRIO**

Conforme abordado no estudo do regime de competência, o Princípio da competência impõe que as receitas e despesas devem ser reconhecidas, ou seja, lançadas, quando ocorrer seu fato gerador, independentemente de recebimento ou pagamento.

O princípio da competência foi empregado na resolução das questões que trataram da contabilização de receitas e despesas antecipadas (seguros antecipados, juros antecipados etc).

Outro aspecto a destacar em relação ao princípio é que receitas e despesas devem ser reconhecidas simultaneamente sempre quando se correlacionarem. A aplicação deste comando ocorre, por exemplo, quando fretes são acrescentados ao custo das mercadorias adquiridas registradas no estoque. Observe que o frete pago, neste caso, representa uma despesa, mas, em respeito ao princípio de competência, somente será reconhecida como tal quando a mercadoria for vendida e auferida a respectiva receita. Tanto a mercadoria quanto o frete são despesas que somente devem ser reconhecidas à medida que a receita correlata (receita de vendas) for auferida.

## **SEÇÃO VII**

### **O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA**

**Art. 10.** O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

~~§ 1º O Princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.~~

Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)

~~§ 2º Observado o disposto no art. 7º, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à~~



Egbert Buarque

~~correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA. ([Revogado pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))~~

~~§ 3º A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável. ([Revogado pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))~~

#### COMENTÁRIO

O princípio da prudência possui seu mais claro exemplo, quando estudamos o critério de avaliação de mercadorias.

Naquela oportunidade, vimos que as mercadorias devem ser registradas pelo seu custo de aquisição deduzido de provisão para ajustá-las ao valor de mercado, **quando este for inferior.**

Observe que tanto a avaliação a preço de mercado, quanto a avaliação pelo custo de aquisição são critérios igualmente válidos. Porém o princípio da prudência determina que se escolha aquele do qual resultar o menor valor para o ativo e, conseqüentemente, para o patrimônio líquido.

~~**Art. 11.** A inobservância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade constitui infração nas alíneas "c", "d" e "e" do art. 27 do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista.~~

**Art. 11.** A inobservância dos Princípios de Contabilidade constitui infração nas alíneas "c", "d" e "e" do art. 27 do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista. ([Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10](#))

**Art. 12.** Revogada a Resolução CFC n.º 530/81, esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1994.

Brasília, 29 de dezembro de 1993.

**Contador IVAN CARLOS GATTI**  
Presidente

### Questões comentadas

1. (ESAF - AFRF 2009) Assinale abaixo a opção que indica uma afirmativa verdadeira.

a) A análise financeira é utilizada para mensurar a lucratividade, a rentabilidade do capital próprio, o lucro líquido por ação e o retorno de investimentos operacionais.

b) A análise contábil subdivide-se em análise de estrutura; análise por quocientes; e análise por diferenças absolutas.

c) A análise econômica é a tradicionalmente efetuada por meio de indicadores para análise global e a curto, médio e longo prazos da velocidade do giro dos recursos.

d) A análise da alavancagem financeira é utilizada para medir o grau de utilização do capital de terceiros e seus efeitos na formação da taxa de retorno do capital próprio.

e) A verdadeira análise das demonstrações contábeis se restringe à avaliação de ativos e passivos utilizando-se dos princípios e demais regras constantes, das Normas Brasileiras de Contabilidade, da lei das S.A. e do regulamento do Imposto de Renda.

### COMENTÁRIO

a) A análise financeira é utilizada para mensurar a lucratividade, a rentabilidade do capital próprio, o lucro líquido por ação e o retorno de investimentos operacionais.

**Comentário: a análise financeira está relacionada ao estudo do ciclo financeiro e às suas necessidades de capital de giro. Os itens mencionados na alternativa correspondem à análise econômica. ERRADA.**

b) A análise contábil subdivide-se em análise de estrutura; análise por quocientes; e análise por diferenças absolutas.

**Comentário: segundo os principais autores, a análise contábil subdivide-se em análise de estrutura (composição), análise por quocientes (índices) e de evolução (horizontal). ERRADA.**

c) A análise econômica é a tradicionalmente efetuada por meio de indicadores para análise global e a curto, médio e longo prazos da velocidade do giro dos recursos.

**Comentário: a análise econômica é efetuada, principalmente, por meio de índices de lucratividade, liquidez e endividamento. A velocidade do giro dos recursos tende à análise financeira. ERRADA.**

d) A análise da alavancagem financeira é utilizada para medir o grau de utilização do capital de terceiros e seus efeitos na formação da taxa de retorno do capital próprio.

**Comentário: de fato, a análise da alavancagem financeira mostra a eficiência da utilização do capital de terceiros na melhoria do resultado do acionista, ou seja, da taxa de retorno sobre o capital próprio. CERTA.**

e) A verdadeira análise das demonstrações contábeis se restringe à avaliação de ativos e passivos utilizando-se dos princípios e demais regras constantes, das Normas Brasileiras de Contabilidade, da lei das S.A. e do regulamento do Imposto de Renda.

**Comentário: a análise das demonstrações contábeis não se restringe à avaliação de ativos e passivos utilizando-se dos princípios e demais regras constantes da lei das S.A., por exemplo. Na análise de liquidez, as despesas antecipadas, embora componham o ativo circulante, não devem ser consideradas, pois representam valores que não se realizaram financeiramente, melhorando a capacidade de pagamento da empresa. ERRADA.**

**GABARITO: D**

2. (ESAF - AFRF 2009) A seguir, são apresentados dados do balanço patrimonial da empresa Comercial Analisada S.A., simplificados para facilidade de cálculos:

Caixa	R\$ 10.000,00
Duplicatas a Receber (a longo prazo)	R\$ 8.000,00
Duplicatas a Pagar	R\$ 13.000,00
Bancos c/Movimento	R\$ 22.000,00
Títulos a Pagar (a longo prazo)	R\$ 9.000,00
Capital Social	R\$ 60.000,00
Mercadorias	R\$ 30.000,00
Financiamentos Bancários	R\$ 31.000,00
Contas a Receber	R\$ 15.000,00
Reservas de Lucros	R\$ 7.000,00

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

Elaborando a análise das demonstrações financeiras dessa empresa, o Contador encontrará os seguintes elementos:

- a) Liquidez Seca = 1,07.
- b) Liquidez Corrente = 1,45.
- c) Liquidez Imediata = 1,75.
- d) Liquidez Geral = 0,71.
- e) Grau de Endividamento = 0,57.

### **COMENTÁRIO**

Classificando-se os elementos patrimoniais, temos:

#### **Ativo Circulante**

Caixa	R\$ 10.000,00
Bancos c/Movimento	R\$ 22.000,00
Mercadorias	R\$ 30.000,00
Contas a Receber	R\$ 15.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 77.000,00</b>

#### **Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo**

Duplicatas a Receber (a longo prazo)	R\$ 8.000,00
--------------------------------------	--------------

#### **Passivo Circulante**

Duplicatas a Pagar	R\$ 13.000,00
Financiamentos Bancários	R\$ 31.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 44.000,00</b>

#### **Passivo Não Circulante**

Títulos a Pagar (a longo prazo)	R\$ 9.000,00
---------------------------------	--------------

Calculando-se os índices, temos:

$$\text{Liquidez Seca (LS)} = (\text{AC} - \text{estoques}) / \text{PC} = (77.000 - 30.000) / 44.000 = 1,07$$

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = \text{AC} / \text{PC} = 77.000 / 44.000 = 1,75$$

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

Liquidez Imediata (LI) = Disponibilidades/PC =  $(10.000 + 22.000)/44.000 = 0,72$

Liquidez Geral (LG) =  $(AC + RLP)/(PC + PNC) = (77.000 + 8.000)/(44.000 + 9.000) = 1,60$

Grau de Endividamento =  $(PC + PNC)/\text{Ativo Total} = (44.000 + 9.000)/(77.000 + 8.000) = 0,62$

**GABARITO: A**

3. (FGV – Auditor Fiscal/MS 2006) De acordo com a Resolução CFC 750/93, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da continuidade estabelece que a empresa não poderá ser liquidada.
- (B) O princípio da prudência estabelece que, havendo dúvida entre dois valores igualmente válidos, deverá ser considerado o maior valor para o Ativo.
- (C) O princípio da prudência estabelece que, havendo dúvida entre dois valores igualmente válidos, deverá ser considerado o maior valor para o Passivo.
- (D) O princípio da oportunidade estabelece que o contador deverá escolher a prática contábil que melhor atenda aos interesses da empresa.
- (E) O princípio da objetividade estabelece que o contador só poderá reconhecer os atos e fatos que afetam o patrimônio da empresa se esses forem comprovados mediante nota fiscal ou contrato lavrado em cartório.

**SOLUÇÃO**

(A) ERRADA. O princípio da continuidade não afirma que a empresa não poderá ser liquidada. Ele estabelece que a avaliação dos elementos patrimoniais deve levar em consideração que a empresa deve operar por tempo indeterminado, a menos que haja evidências em contrário.

(B) ERRADA. O princípio da prudência estabelece que, havendo dúvida entre dois valores igualmente válidos, deve-se escolher aquele que resultar no menor ativo.

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

(C) CORRETA.

(D) ERRADA. O princípio da oportunidade está relacionado à tempestividade e à integridade do registro contábil, ou seja, a informação contábil é relevante se é fornecida em tempo hábil e corresponde a valores confiáveis (integridade).

(E) ERRADA. Não há princípio da objetividade. A objetividade é uma convenção contábil que limita a aplicação do princípio do registro pelo valor original, que determina a utilização de critérios objetivos para a quantificação dos elementos e das variações patrimoniais.

**GABARITO: C**

4. (ESAF - ANALISTA MPU CONTADOR 2007) Assinale O princípio contábil que reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial é o Princípio

- a) da Entidade.
- b) da Prudência.
- c) das Partidas Dobradas.
- d) da Continuidade.
- e) da Oportunidade.

**SOLUÇÃO**

O princípio que reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial é o da **ENTIDADE**:

*“**Art. 4º** O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e **afirma a autonomia patrimonial**, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição” (grifo nosso).*

**GABARITO: A**

5. (ESAF - APO 2010) De acordo com a Resolução 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade, foram aprovados os seguintes Princípios Fundamentais de Contabilidade: da Competência; da Prudência; do Denominador Comum

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

Monetário; do Custo como Base de Valor; da Realização da Receita; da Entidade; e da Continuidade.

A afirmativa “a todo débito corresponde um crédito de igual valor” se refere ao princípio contábil

- a) da Prudência.
- b) da Competência.
- c) do Custo como Base de Valor.
- d) do Denominador Comum Monetário.
- e) não se refere a nenhum princípio.

### **SOLUÇÃO**

A afirmativa proposta não se refere a nenhum princípio de contabilidade, mas à definição do método das partidas dobradas. Importante destacar que, à época, ainda era vigente o princípio da atualização monetária (“Denominador Comum Monetário”), citado no enunciado.

### **GABARITO: E**

6. (ESAF - AFRF 2009) O Conselho Federal de Contabilidade, considerando que a evolução ocorrida na área da Ciência Contábil reclamava a atualização substantiva e adjetiva de seus princípios, editou, em 29 de dezembro de 1993, a Resolução 750, dispondo sobre eles.

Sobre o assunto, abaixo estão escritas cinco frases. Assinale a opção que indica uma afirmativa falsa.

- a) A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).
- b) Os Princípios Fundamentais de Contabilidade, por representarem a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, a ela dizem respeito no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das Entidades.

Egbert Buarque

- c) O Princípio da entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial e a desnecessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.
- d) O patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.
- e) São Princípios Fundamentais de Contabilidade: o da entidade; o da continuidade; o da oportunidade; o do registro pelo valor original; o da atualização monetária; o da competência e o da prudência.

### SOLUÇÃO

- a) A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). **CORRETA.**
- b) Os Princípios Fundamentais de Contabilidade, por representarem a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, a ela dizem respeito no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das Entidades. **CORRETA.**
- c) O Princípio da entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial e a desnecessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes. **ERRADA. O princípio da entidade afirma a necessidade de diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.**
- d) O patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil. **CORRETA.**
- e) São Princípios Fundamentais de Contabilidade: o da entidade; o da continuidade; o da oportunidade; o do registro pelo valor original; o da atualização monetária; o da competência e o da prudência. **À época, o item estava correto, pois ainda existia o princípio da atualização monetária. Atualmente, este item estaria errado.**

**GABARITO: C**



7. (FCC – TRE/SP Analista Judiciário – Contabilidade 2012) Segundo a Resolução nº 750/1993, do Conselho Federal de Contabilidade, levando-se em consideração as modificações promovidas pela Resolução no 1.282/2010 do mesmo Conselho, o Princípio da Contabilidade que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, é denominado Princípio

- (A) do Registro pelo Valor Original.
- (B) da Competência.
- (C) da Prudência.
- (D) da Oportunidade.
- (E) da Entidade.

### **SOLUÇÃO**

O princípio que enfatiza os atributos da tempestividade e da integridade é o da oportunidade. Ou seja, o registro contábil deve ser efetuado no momento correto, pois informações obtidas após a tomada de decisão são pouco úteis, e se apresentarem por meio de estimativas confiáveis.

### **GABARITO: D**

8. (FGV – Senado Federal – Analista Legislativo – Contabilidade 2009) “Parentes abalados e equipes médicas tentam na quinta-feira identificar os corpos carbonizados das 153 vítimas do acidente ocorrido na véspera no aeroporto de Madri. A investigação sobre esse desastre aéreo, o pior na Espanha desde 1983, começou na quinta-feira e deve levar um ano para ser concluída.” (Reuters, agosto de 2008) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, determine o princípio contábil que deve ser seguido na situação acima para que a Contabilidade forneça informações úteis a seus usuários.

- (A) Registro pelo Valor Original.
- (B) Continuidade.
- (C) Conservadorismo.
- (D) Competência.
- (E) Oportunidade.

### **SOLUÇÃO**

Diante do acidente ocorrido, a companhia aérea deve avaliar o provável impacto sobre seu patrimônio e registrá-lo com base em estimativa confiável (integridade da informação contábil), tão logo a obtenha (tempestividade). Ante as características citadas, conclui-se que deve ser seguido o princípio da oportunidade.

**GABARITO: E**

9. (FCC – TRE/SP Analista Judiciário – Contabilidade 2012) Segundo a Resolução no 750/1993, do Conselho Federal de Contabilidade, levando-se em consideração as modificações promovidas pela Resolução no 1.282/2010 do mesmo Conselho, o Princípio da Contabilidade que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, é denominado Princípio

- (A) do Registro pelo Valor Original.
- (B) da Competência.
- (C) da Prudência.
- (D) da Oportunidade.
- (E) da Entidade.

**SOLUÇÃO**

A integridade a tempestividade são atributos relacionados ao princípio da oportunidade. Tal princípio determina que a informação contábil deve refletir a real situação de uma entidade, a fim de possa ser uma informação útil para os usuários.

**GABARITO: D**

10. (ESMP/RJ – TCE/RJ – Analista de Controle Externo – Contabilidade 2012) Com as recentes alterações, a Lei Societária reforçou a importância dos princípios de contabilidade para o reporte da informação. Para fins de demonstrações contábeis, vigora a força dos princípios, dando corpo para prevalecer a essência econômica da transação sobre a forma jurídica dos contratos. Nesse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade reformou recentemente a resolução CFC nº 750/1993. Conforme a Resolução CFC n.º 1282/2010:

- A) os princípios de contabilidade que orientam a prática contábil no Brasil são: o da entidade; o da continuidade; o da oportunidade; o do registro pelo valor original; o da atualização monetária; o da competência; e o da prudência;
- B) a atualização monetária representa nova avaliação dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período;
- C) uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes de alguns fatores, entre eles o dos efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional;
- D) o princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que isso contribuir para o aumento do patrimônio líquido;
- E) a reversão decorrente de perdas estimadas relativas ao valor recuperável de ativos é uma prática conflitante com o princípio do registro pelo valor original.

### SOLUÇÃO

- A) os princípios de contabilidade que orientam a prática contábil no Brasil são: o da entidade; o da continuidade; o da oportunidade; o do registro pelo valor original; o da atualização monetária; o da competência; e o da prudência; **ERRADA. Não há mais o princípio da atualização monetária.**
- B) a atualização monetária representa nova avaliação dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período; **ERRADA. A atualização monetária não representa nova avaliação dos valores originais.**
- C) uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes de alguns fatores, entre eles o dos efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional; **CORRETA. A variação do poder aquisitivo da moeda demanda a atualização monetária, que, como dissemos, não representa nova avaliação.**
- D) o princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que isso contribuir para o aumento do patrimônio líquido; **ERRADA. O princípio da prudência busca o menor valor para o patrimônio líquido diante alternativas igualmente válidas.**
- E) a reversão decorrente de perdas estimadas relativas ao valor recuperável de ativos é uma prática conflitante com o princípio do registro pelo valor original. **ERRADA. A reversão de perdas estimadas relativas ao valor recuperável de ativos representa uma variação do custo histórico após a integração**

Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada  
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB  
Egbert Buarque

**do ativo ao patrimônio, conforme prevê a Resolução nº 750/93, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 1.282/10.**

**GABARITO: C**

Considere os dados a seguir para responder às questões de nºs 11 e 12.

Após o levantamento do Balanço Patrimonial, determinada sociedade de economia mista federal apresentou os seguintes valores contábeis:

Grupo/Contas	R\$
Ativo Circulante	250.000,00
Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo	180.000,00
Ativo Imobilizado	120.000,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>550.000,00</b>
Passivo Circulante	220.000,00
Passivo Não Circulante	200.000,00
Patrimônio Líquido	130.000,00
<b>Total do Passivo</b>	<b>550.000,00</b>

11. (Cesgranrio - Analista de Gestão Corporativa-Contabilidade-Empresa de Pesquisa Energética-2010 - Adaptada) A liquidez corrente corresponde a

- (A) 0,88
- (B) 1,13
- (C) 1,92
- (D) 1,95
- (E) 2,50

**Resolução**

**Liquidez Corrente:** mostra o quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis no curto prazo, para fazer face as suas dívidas a serem pagas no mesmo período. Ou seja, mostra a capacidade de a empresa pagar suas dívidas de curto prazo.

**Liquidez Corrente (LC) = AC/PC**

Onde,

**AC = Ativo Circulante;**

**PC = Passivo Circulante.**

Egbert Buarque

A interpretação isolada deste índice é a seguinte: quanto maior a liquidez corrente, melhor, pois mostra que a empresa possui condições de pagar suas dívidas de curto prazo.

Se:

$LC > 1 \Rightarrow$  o Ativo Circulante é mais que suficiente para pagar as dívidas de curto prazo.

$LC = 1 \Rightarrow$  o Ativo Circulante é igual ao Passivo Circulante.

$LC < 1 \Rightarrow$  o Ativo Circulante é insuficiente para pagar as dívidas de curto prazo.

Vamos à resolução da questão:

Ativo Circulante = 250.000,00

Passivo Circulante = 220.000,00

Liquidez Corrente (LC) =  $AC/PC = 250.000/220.000 \Rightarrow$

$\Rightarrow$  **Liquidez Corrente (LC) = 1,136**

**GABARITO: B**

12.(Cesgranrio - Analista de Gestão Corporativa-Contabilidade-Empresa de Pesquisa Energética-2010 - Adaptada) O grau de endividamento geral é igual a

- (A) 3,38
- (B) 1,25
- (C) 0,98
- (D) 0,80
- (E) 0,56

### COMENTÁRIO

**Índice (ou Grau) de Endividamento: Representa o** percentual de recursos de terceiros que financiam o ativo.

**IE = (PC + PNC "LP")/(AC + ANC) = Capital de Terceiros/Ativo Total**

Onde,

PC = Passivo Circulante

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

PNC "LP" = Passivo Não Circulante "Longo Prazo" (exigível)

AC = Ativo Circulante

ANC = Ativo Não Circulante

A interpretação isolada deste índice é a seguinte: **quanto maior o índice de endividamento, pior, pois mostra que a empresa está utilizando mais recursos de terceiros para financiar o ativo.**

Vamos à resolução da questão:

Ativo Circulante = 250.000,00

Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo = 180.000,00

Ativo Imobilizado = 120.000,00

**Total do Ativo = 550.000,00**

Passivo Circulante = 220.000,00

Passivo Não Circulante = 200.000,00

IE = Capital de Terceiros/Ativo Total  $\Rightarrow$

$\Rightarrow$  IE =  $(220.000 + 200.000)/550.000 \Rightarrow$

$\Rightarrow$  IE =  $420.000/550.000 \Rightarrow$

$\Rightarrow$  **IE = 0,764  $\approx$  0,80**

**GABARITO: D**

13. (CESGRANRIO – BNDES – CIÊNCIAS CONTÁBEIS 2009) A Cia. Manhattan S/A apresentou os seguintes demonstrativos, com valores em reais:

<b>Contas</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Receita Bruta	27.700.000,00	35.000.000,00
Deduções da Receita Bruta	(4.450.000,00)	(5.700.000,00)
Receita Líquida	23.250.000,00	29.300.000,00

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**

**Egbert Buarque**

CMV	(14.650.000,00)	(17.500.000,00)
Lucro Bruto	8.600.000,00	11.800.000,00
Despesas de Vendas	(1.256.000,00)	(2.630.000,00)
Despesas Administrativas	(4.270.000,00)	(5.960.000,00)
Despesas Financeiras	(2.950.000,00)	(3.200.000,00)
Resultado Avaliado ao MEP	37.000,00	80.000,00
Lucro Operacional	161.000,00	90.000,00
Resultado Não Operacional	(31.000,00)	(35.000,00)
LAIR	130.000,00	55.000,00
Provisão IR e CSL	(32.500,00)	(13.750,00)
Lucro Líquido	97.500,00	41.250,00

Com base exclusivamente nos dados acima, o percentual de variação do lucro líquido (análise horizontal) do exercício de 2007, em relação a 2006, foi

- (A) 42,31
- (B) 36,36
- (C) (53,64)
- (D) (56,97)
- (E) (57,69)

## **COMENTÁRIO**

### **Análise Horizontal ou de Evolução**

O objetivo principal da análise horizontal ou de evolução é **permitir o exame da evolução histórica de cada uma das contas que compõem as diversas demonstrações contábeis, ou seja, ela avalia o aumento ou a diminuição**

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

**dos valores que expressam os elementos patrimoniais ou do resultado, em uma determinada série histórica de exercícios.**

Ou seja, a fórmula geral para a análise horizontal será:

AH em 20Xi = (Conta em análise em 20Xi)/(Conta em análise no Ano-Base)

Lucro Líquido (2007) = 41.250

Lucro Líquido (2006) = 97.500

AH = Lucro Líquido (2007)/Lucro Líquido (2006) - 1 ⇒

⇒ AH = 41.250/97.500 - 1 ⇒

⇒ **AH = 0,42307 - 1 = (0,5769) = (57,69)%**

**GABARITO: E**

14. (CESGRANRIO – BNDES – CIÊNCIAS CONTÁBEIS 2009) A Cia. Patagônia S/A, ao realizar sua análise anual, apresentou os seguintes demonstrativos de resultados, em reais:

<b>Contas</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Receita Bruta de Vendas	1.435.109,00	834.049,00
(-) Impostos sobre Vendas	-254.524,00	-149.117,00
(=) Receita Líquida de Vendas	1.180.585,00	684.932,00
(-) Custo dos Produtos Vendidos	-946.378,00	-552.724,00
(=) Lucro Bruto	234.207,00	132.208,00
(-) Despesas Comerciais	-25.403,00	-33.153,00
(-) Despesas Administrativas	-163.926,00	-216.104,00
(-) Despesas Financeiras Líquidas	-587.560,00	-439.305,00
(=) Resultado Operacional	-542.682,00	-556.354,00
(+) Resultado Não Operacional	17.740,00	0



**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**

**Egbert Buarque**

(=) Resultado Líquido antes IR e CSL	-524.942,00	-556.354,00
(-) Provisão para IR e CSL	0	0
(=) Resultado Líquido do Exercício	-524.942,00	-556.354,00

Com base exclusivamente nos dados acima, o percentual de participação relativa do item de Despesas Administrativas (análise vertical) do exercício de 2008 foi

- (A) 21,55
- (B) 4,84
- (C) (13,89)
- (D) (25,91)
- (E) (31,55)

## **COMENTÁRIO**

### **Análise Vertical ou de Estrutura**

A análise vertical tem como principal objetivo **demonstrar as participações relativas de cada item de uma demonstração contábil em relação a determinado referencial.**

$AV_n$  (Percentual de Participação) =  $(\text{Valor do Elemento}/\text{Valor Total}) \times 100$

**Ex: AV (Ativo Circulante) = (Ativo Circulante/Total do Ativo) x 100**

**Ativo Circulante: grupo de contas**

**Ativo Total: valor total da classe**

Na análise vertical das demonstrações do resultado do exercício, é costume adotar como base de cálculo o valor da receita operacional líquida ou receita líquida de vendas (representando 100%) para identificar a representatividade de cada uma das contas de receitas, custos ou despesas.

Vamos à resolução da questão:

Despesas Administrativas (2008) = (216.104)

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

Receita Líquida de Vendas (2008) = 684.932

$$AV = (216.104)/684.932 = (0,3155) = (31,55)\%$$

**GABARITO: E**

15.(ESAF – AFRFB 2012) Ao encerrar o período contábil de 2010, a Cia. Harmonia identifica em suas demonstrações finais os seguintes saldos nas contas abaixo:

Contas	Valores em R\$
Capital	5.000
Clientes	4.000
Contas a Pagar	450
Depreciação Acumulada	700
Disponibilidades	800
Duplicatas Descontadas	1.050
Edificações	1.000
Estoques	1.200
Fornecedores	2.000
Lucro Líquido do exercício	400
Provisão p/Crédito de Liquidação Duvidosa	200
Reserva Legal	200
Reservas de Lucros	300
Veículos	2.900
Vendas	12.000

Com base nos saldos fornecidos, pode-se afirmar que:

- a) o índice de liquidez seca é 1,45.
- b) no período, o giro dos estoques foi 8 vezes.
- c) o índice de liquidez corrente é 1,66.
- d) o nível de endividamento da empresa é de 60%.
- e) a participação do capital próprio é de 40%.

**COMENTÁRIO**

O primeiro passo é classificar as contas apresentadas:

Clientes	4.000
Disponibilidades	800
Estoques	1.200

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

Provisão p/Crédito de Liquidação Duvidosa	(200)
<b>Total do Ativo Circulante.....</b>	<b>5.800</b>

Contas a Pagar	450
Duplicatas Descontadas	1.050
Fornecedores	2.000
<b>Total do Passivo Circulante.....</b>	<b>3.500</b>

Depreciação Acumulada	(700)
Edificações	1.000
Veículos	2.900
<b>Total do Ativo Não Circulante.....</b>	<b>3.200</b>

Capital	5.000
Reserva Legal	200
Reservas de Lucros	300
<b>Total do PL.....</b>	<b>5.500</b>

Importante ressaltar que o balanço encontra-se fechado, pois

$$AC + ANC = 5.800 + 3.200 = 9.000$$

e

$$PC + PNC + PL = 3.500 + 0 + 5.500 = 9.000$$

Portanto, o lucro líquido do exercício se encontra incorporado ao patrimônio.

Passemos à análise das alternativas:

- a) **Errada.** Liquidez Seca (LS) =  $(AC - estoques)/PC = (5.800 - 1.200)/3.500 = 1,31$ .
- b) **Errada.** Giro dos estoques (GE) =  $Vendas/ Estoque\ final = 12.000/1.200 = 10$ .
- c) **Correta.** Liquidez Corrente (LC) =  $AC/PC = 5.800/3.500 = 1,66$
- d) **Errada.** Nível de endividamento =  $(PC + PNC)/(AC + RLP) = (3.500 + 0)/(5.800 + 0) = 0,60$ .

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

e) **Errada.** Participação do capital próprio =  $PL/(AC + ANC) = 5.500/(5.800 + 3.200) = 0,61$ .

**GABARITO: C**

Com base nos dados a seguir, responder às questões 16 e 17.

Dados:

Disponibilidades	R\$ 10.000,00
Contas a Receber	R\$ 35.000,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 10.000,00
Imobilizado	R\$ 21.000,00
Investimento	R\$ 4.500,00
Financiamentos Contraídos (circulante)	R\$ 80.000,00
Empréstimos Concedidos (não circulante)	R\$ 35.000,00
Capital Social	R\$ 15.500,00

16. (ESAF – STN – Contábil 2013) Pode-se afirmar que o

- a) ativo circulante é de R\$55.000,00.
- b) ativo não circulante é de R\$25.500,00.
- c) total do passivo mais o Patrimônio Líquido é de R\$85.500,00.
- d) passivo circulante é de R\$90.000,00.
- e) passivo não circulante é de R\$35.000,00.

**COMENTÁRIO**

Classificando-se os itens, temos:

Disponibilidades	R\$ 10.000,00
Contas a Receber	R\$ 35.000,00
<b>Total do ativo circulante.....</b>	<b>R\$ 45.000,00</b>

Empréstimos Concedidos (não circulante)	R\$ 35.000,00
<b>Total do Realizável a Longo Prazo.....</b>	<b>R\$ 35.000,00</b>

Investimento	R\$ 4.500,00
<b>Total dos Investimentos.....</b>	<b>R\$ 4.500,00</b>

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

<u>Imobilizado</u>	<u>R\$ 21.000,00</u>
<b>Total do Imobilizado.....</b>	<b>R\$ 21.000,00</b>

Duplicatas Descontadas	R\$ 10.000,00
<u>Financiamentos Contraídos (circulante)</u>	<u>R\$ 80.000,00</u>
<b>Total do Passivo Circulante.....</b>	<b>R\$ 90.000,00</b>

<u>Capital Social</u>	<u>R\$ 15.500,00</u>
<b>Total do PL.....</b>	<b>R\$ 15.500,00</b>

Veja que o balanço está fechado:

$$AC + RLP + INV + IMOB = 45.000 + 35.000 + 4.500 + 21.000 = 105.500$$

e

$$PC + PNC + PL = 90.000 + 15.500 = 105.500$$

Portanto, a alternativa correta é a "D".

A alternativa "B" está errada, pois faltou somar o valor do imobilizado para totalizar o Ativo Não Circulante, o qual é de R\$ 60.500,00.

**GABARITO: "D"**

17. (CESGRANRIO PETROBRAS Contador Jr. 2011) O pronunciamento conceitual básico intitulado Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estabelece as diretrizes para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis destinadas aos

- (A) administradores corporativos.
- (B) bancos e investidores.
- (C) contadores e executivos da empresa.
- (D) sócios/acionistas da empresa.
- (E) usuários externos.

## COMENTÁRIO

As demonstrações contábeis **são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral**, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas.

## GABARITO: E

18. (CESGRANRIO BNDES CONTADOR 2013) O Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) dispõe sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Nos termos desse pronunciamento, as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas.

A Estrutura Conceitual, ao estabelecer os conceitos para a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis destinadas a usuários externos, tem dentre as suas finalidades a de

(A) auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações.

(B) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas.

(C) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais.

(D) determinar políticas tributárias.

(E) elaborar e usar estatísticas da renda nacional.

## COMENTÁRIO

Veja que a questão cobra o conhecimento das finalidades da Estrutura Conceitual Básica.

Para confundir o candidato, as alternativas apresentam exemplos de decisões econômicas que podem ser suportadas pela Estrutura.

Apenas a alternativa "A" apresenta uma das finalidades da Estrutura Conceitual Básica, as demais (B, C, D e E) são exemplos de decisões econômicas.

Para firmar o texto do CPC 00:

Egbert Buarque

“A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos. **A finalidade da Estrutura Conceitual é:**

(a) dar suporte ao desenvolvimento de novos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações e à revisão dos já existentes, quando necessário;

(b) dar suporte à promoção da harmonização das regulações, das normas contábeis e dos procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações contábeis, provendo uma base para a redução do número de tratamentos contábeis alternativos permitidos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações;

(c) dar suporte aos órgãos reguladores nacionais;

(d) auxiliar os responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis na aplicação dos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações e no tratamento de assuntos que ainda não tenham sido objeto desses documentos;

**(e) auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações;**

(f) auxiliar os usuários das demonstrações contábeis na interpretação de informações nelas contidas, elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações; e

(g) proporcionar aos interessados informações sobre o enfoque adotado na formulação dos Pronunciamentos Técnicos, das Interpretações e das Orientações.”

**GABARITO: A**

19.(ESMP/RJ – TCE/RJ – Analista de Controle Externo – Contabilidade 2012) De acordo com as práticas contábeis em vigor, as demonstrações contábeis são mais comumente elaboradas segundo modelo baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal. Sabendo-se disso, pode-se afirmar que:

A) os relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor econômico da entidade que reporta a informação;

Egbert Buarque

- B) os relatórios contábil-financeiros de propósito geral são baseados em descrições ou estimativas para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;
- C) o objetivo dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;
- D) os relatórios contábil-financeiros são baseados em descrições ou retratos exatos para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;
- E) os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação.

## COMENTÁRIOS

Analisando-se as alternativas:

- a) **Correta.** As informações constantes do relatório contábil-financeiro elaborado de acordo com a Estrutura Conceitual **auxilia** os usuários a estimarem o valor da entidade que reporta (divulga) a informação. A informação constante do relatório contábil-financeiro não deve ser tomada como o valor de mercado da entidade, pois outras variáveis não evidenciadas no dito relatório podem afetar esta valoração. Exemplos de informações não evidenciadas no relatório e que podem afetar o valor da entidade seriam projetos de lei em tramitação, que, de alguma forma, afetam as atividades da entidade.
- b) **Errada.** O relatório contábil-financeiro elaborado de acordo com a Estrutura Conceitual é baseado em descrições e em estimativas. Entretanto, não pretendem determinar o valor de mercado da entidade que reporta a informação.
- c) **Errada.** O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é **fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.**
- d) **Errada.** Em larga extensão, os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos.
- e) **Errada.** Relatórios contábil-financeiros de propósito geral são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos. Entretanto, não são elaborados para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação.



**GABARITO: A**

20.(ESAF AFRFB 2012) Entre as características qualitativas de melhoria, a comparabilidade está entre as que os analistas de demonstrações contábeis mais buscam. Dessa forma, pode-se definir pela estrutura conceitual contábil que comparabilidade é a característica que

- a) permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles nas Demonstrações Contábeis.
- b) utiliza os mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
- c) considera a uniformidade na aplicação dos procedimentos e normas contábeis, onde, para se obter a comparabilidade, as entidades precisam adotar os mesmos métodos de apuração e cálculo.
- d) garante que usuários diferentes concluam de forma completa e igual, quanto à condição econômica e financeira da empresa, sendo levados a um completo acordo.
- e) estabelece procedimentos para a padronização dos métodos e processos aplicados em demonstrações contábeis de mesmo segmento.

**COMENTÁRIOS**

Como brilhantemente define o CPC 00 (e isso não é ironia), a comparabilidade consiste em fazer coisas diferentes parecerem diferentes e em fazer coisas iguais parecerem iguais. Por exemplo, um imobilizado é diferente de uma propriedade para investimento. Portanto, a evidenciação destes dois tipos de ativos deve mostrar que são distintos. Este conceito está presente na alternativa "A", que é a correta.

A alternativa "B" diz respeito à consistência, a qual representa um meio para se atingir a comparabilidade.

As alternativas "C" e "E" estão erradas porque falam do conceito de uniformidade, a qual, segundo o CPC 00, não se equipara à comparabilidade. A representação fidedigna significa buscar a essência econômica do que se deseja evidenciar. Tratar todos os eventos de modo uniforme pode prejudicar a comparabilidade, na medida em que, por exemplo, eventos diferentes podem ser estimados por métodos diferentes, os quais tornam sua representação mais fidedigna. Por exemplo, uma entidade pode estimar suas provisões por um método e, outra, por outro método, ambos os mais adequados às respectivas realidades. Aplicar um método uniforme de estimativa de provisões para as duas entidades pode

Egbert Buarque

levar à perda de comparabilidade, por distorcer as respectivas essências econômicas.

A alternativa "D" diz respeito à verificabilidade. Mesmo assim, ela está errada, pois a verificabilidade não tem a pretensão de levar os usuários da informação contábil-financeira a um completo acordo quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna.

### **GABARITO: A**

21.(ESAF – STN – Contábil 2013) A empresa Patrimônio S.A. efetuou a depreciação utilizando os percentuais fiscais, ainda que soubesse que a vida econômica do bem era maior do que as taxas fiscais. A decisão foi tomada em função das dificuldades em controlar as duas depreciações, o que levaria a empresa a ter custos de controle não suportáveis pelo porte e situação financeira da empresa, inviabilizando o negócio. Referida situação

- a) afeta diretamente a neutralidade na apresentação de uma demonstração contábil fidedigna, não sendo possível considerar a demonstração fidedigna.
- b) altera a demonstração contábil de forma material, impedindo o reconhecimento como uma demonstração contábil fidedigna.
- c) permite considerar a demonstração contábil fidedigna, uma vez que o custo para geração de uma informação com melhor qualidade não justificaria o benefício.
- d) atende ao princípio da prudência, visto que a decisão de adotar a depreciação que atribui maior valor ao resultado permite a geração de uma demonstração conservadora mais fidedigna.
- e) distorce a possibilidade do usuário em analisar a demonstração contábil, sendo necessário o ajuste para considerá-la fidedigna.

### **COMENTÁRIOS**

A questão é muito boa!

Explora um aspecto nunca antes cobrado: o custo-benefício para produzir informação contábil-financeira útil. Vamos reproduzir o CPC 00 para "pegar intimidade com o texto":

***"Na aplicação da restrição do custo, avalia-se se os benefícios proporcionados pela elaboração e divulgação de informação em particular são provavelmente justificados pelos custos incorridos para fornecimento e uso dessa informação. Quando da aplicação da restrição do***

Egbert Buarque

*custo no desenvolvimento do padrão proposto de elaboração e divulgação, o órgão normatizador deve procurar se informar junto aos fornecedores da informação, usuários, auditores independentes, acadêmicos e outros agentes sobre a natureza e quantidade esperada de benefícios e custos desse padrão. Em grande parte dos casos, as avaliações são baseadas na combinação de informação quantitativa e qualitativa.” (grifo nosso).*

O CPC 00 arremata:

*“Entretanto, não é possível para relatórios contábil-financeiros de propósito geral fornecer toda e qualquer informação que todo usuário repute ser relevante.”*

Ou seja, não se pode pensar em obter a informação a qualquer custo, devendo a informação ser relevante e fidedigna dentro da relação custo-benefício favorável à entidade.

As alternativas “A”, “B” e “E” erram, pois não consideram a informação de restrição de custo do enunciado, rejeitando a informação por falta de fidedignidade.

A alternativa “D” erra ao afirmar que adotar a opção que fornece o maior resultado atende ao princípio da prudência. Aliás, isso não tinha nada a ver com o tema da questão.

### **GABARITO: C**

22.(CESPE – BASA Contabilidade 2010) O índice de retorno sobre o ativo aumenta quando ocorre aumento no ativo total e redução do lucro líquido.

### **COMENTÁRIOS**

O índice de retorno sobre o ativo é calcula pela seguinte fórmula:

$$100 \times (\text{Lucro líquido}/\text{ativo total})$$

Se o ativo total aumenta e o lucro líquido é reduzido, o retorno sobre o ativo diminui.

### **Gabarito: ERRADO**

23.(CESPE - CORREIOS CONTADOR 2011) Pela análise horizontal, identifica-se a participação do ativo imobilizado sobre o ativo total de dado exercício.

## **COMENTÁRIOS**

Ao calcular a participação do ativo imobilizado sobre o ativo total de dado exercício, estamos fazendo uma análise vertical, pois estamos comparando itens de uma mesma demonstração (balanço patrimonial) de um mesmo exercício. A análise horizontal avalia a evolução de um item ou de um índice ao longo de vários períodos.

### **Gabarito: ERRADO**

24. (CESPE - TCU ACE 2008) Considere que uma empresa apresente, ao longo de três exercícios, a seguinte situação, relativa ao comportamento de suas despesas financeiras:

exercício 1 . . . . .	R\$ 150.000,00
exercício 2 . . . . .	R\$ 180.000,00
exercício 3 . . . . .	R\$ 360.000,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que, na análise horizontal, utilizando-se base móvel, o índice correspondente ao exercício 3 será igual a 200.

## **COMENTÁRIOS**

De fato, utilizando-se a base móvel, temos:

180.000 -----100  
360.000-----X

Resolvendo a regra de três, achamos  $X = 200$

Observe que, como a base é móvel, devemos atribuir o valor "100" ao período imediatamente anterior (exercício 2) ao período em análise (exercício 3).

### **Gabarito: CERTO**

25. (CESPE – TRE- RJ - Contabilidade 2012) O indicador de margem líquida evidencia qual foi o retorno que a empresa obteve frente ao que conseguiu gerar de receitas.

## **COMENTÁRIOS**

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

A afirmativa não é específica quanto ao nível de lucro (se é bruto, operacional ou líquido) ou ao nível de receita (se é bruta ou líquida). Entretanto, devemos analisar a afirmativa de forma simples: a margem líquida é o retorno (lucro líquido do exercício) da empresa sobre suas receitas.

**Gabarito: CERTO**

26. (CESPE – TJ – RR - Contabilidade 2012)

vendas líquidas	650.000
custo da mercadoria vendida	300.000
ativo não circulante – saldo final	120.000
patrimônio líquido – saldo final	100.000
imobilizado – saldo final	70.000
ativo circulante – saldo final	60.000
lucro líquido após tributação	50.000
passivo circulante – saldo final	45.000
passivo não circulante – saldo final	35.000
estoque – média do período	32.000
estoque – saldo final	30.000
intangível – saldo final	30.000
realizável a longo prazo – saldo final	20.000
clientes – saldo final	15.000
disponível – saldo final	10.000
despesa antecipada – saldo final	5.000

Nesse ano, a empresa X obteve margem líquida inferior a 8%.

**COMENTÁRIOS**

Para calcularmos a margem líquida, devemos apurar o lucro líquido e dividi-lo pela receita líquida.

A receita líquida já foi fornecida pela tabela (vendas líquidas = 650.000).

O lucro líquido também foi fornecido na tabela (lucro líquido após tributação = 50.000).

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

Apurando a margem líquida, temos:

$$100 \times (50.000/650.000) = 7,69\% < 8\%$$

**Gabarito: CERTO**

ativo			passivo		
	2012	2011		2012	2011
<b>ativo total</b>	<b>311</b>	<b>211</b>	<b>passivo total</b>	<b>311</b>	<b>211</b>
ativo circulante	51	40	passivo circulante	112	60
disponibilidades	10	8	empréstimos	2	1
créditos de clientes	6	4	fornecedores	73	36
outros créditos	12	4	outros circulantes	37	23
estoques	14	17	passivo não circulante	55	35
outros	9	7	financiamentos	11	5
ativo não circulante	260	171	impostos	11	8
realizável a longo prazo	108	64	outros	33	22
imobilizado	152	107			
			patrimônio líquido	144	116

Com base no balanço patrimonial hipotético acima apresentado, em milhões de reais, julgue os itens que seguem. Nesse sentido, considere que o giro do ativo da empresa tenha sido de 3 vezes, em 2011, e 2,75 vezes, em 2012, e que o lucro operacional líquido tenha somado R\$ 80 milhões, em 2012, e R\$ 65 milhões, em 2011.

27.(CESPE – ANS – Especialista em regulação 2013) O retorno sobre investimento de 2012 foi superior a 25%.

### **COMENTÁRIO**

O retorno sobre investimento (*ROI = Return on Investment*) é determinado pela razão entre o Lucro e o ativo total. A questão informa o lucro operacional líquido e fornece o ativo total. Com estas informações, apuramos o ROI:

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

ROI =  $80.000.000/311.000.000 = 0,2572$  ou 25,72%.

**Gabarito: CERTO**

28. (CESPE – ANS – Especialista em regulação 2013) No período, os capitais de terceiros tornaram-se majoritários no financiamento dos ativos.

**COMENTÁRIO**

Os ativos (aplicações) são financiados com recursos originários do capital próprio (PL) e do capital de terceiros (passivo exigível). A questão afirma que o período mostra um crescimento relativo do passivo exigível. Trata-se de uma análise horizontal, ou seja, uma análise que mostra a evolução de um item ou indicador ao longo de dois ou mais períodos.

Vamos conferir se há a evolução indicada pela afirmativa da questão:

<b>ANO</b>	<b>PASSIVO EXIGÍVEL/ATIVO TOTAL</b>
<b>2011</b>	$(211 - 116)/211 = 0,4502$ ou 45,02%
<b>2012</b>	$(311 - 144)/311 = 0,5370$ ou 53,70%

Portanto, o passivo exigível aumentou, relativamente ao ativo total, de 45,02% para 53,70%.

**Gabarito: CERTO**

29. (CESPE – ANS – Especialista em regulação 2013) A margem sobre vendas aumentou no período.

**COMENTÁRIO**

O giro do ativo é obtido pela fórmula:

$$\text{Giro do ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo total}}$$

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

Por outro lado, a margem é dada por:

$$\text{Margem sobre vendas} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

A partir da fórmula de giro do ativo, temos que:

$$\text{Vendas líquidas} = \text{Giro do ativo} \times \text{Ativo total}$$

Substituindo na fórmula da margem sobre vendas, temos:

$$\text{Margem sobre vendas} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Giro do ativo} \times \text{Ativo total}}$$

Calculando a margem em cada ano, temos:

<b>Ano</b>	<b>Margem sobre vendas</b>
<b>2011</b>	<b>65/(3x211) = 0,1027 ou 10,27%</b>
<b>2012</b>	<b>80/(2,75x311) = 0,0935 ou 9,35%</b>

Portanto, a margem sobre reduziu de 2011 para 2012.

**Gabarito: ERRADO**

30. (CESPE – ANS – Especialista em regulação 2013) A liquidez seca do exercício 2012 é inferior à do exercício 2011, mas a liquidez geral melhorou no período.

**COMENTÁRIO**

A liquidez seca (LS) é dada por:

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$



**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

A liquidez seca para 2011 foi de:

$$LS = \frac{40-17}{60} = 0,3833 \text{ ou } 38,33\%$$

A liquidez seca para 2012 foi de:

$$LS = \frac{51-14}{112} = 0,3303 \text{ ou } 33,03\%$$

Portanto, a liquidez seca de 2012 é inferior à de 2011.

Quanto à liquidez geral (LG), esta é dada por:

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{PC + PNC}$$

Para 2011, temos:

$$LG = \frac{40 + 64}{60 + 35} = 1,09 \text{ ou } 109\%$$

Para 2012, temos:

$$LG = \frac{51 + 108}{112 + 55} = 0,9521 \text{ ou } 95,21\%$$

Portanto, a liquidez geral (LG) reduziu de 2011 para 2012.

**Gabarito: ERRADO**

### **Questões sem comentários**

1. (ESAF - AFRF 2009) Assinale abaixo a opção que indica uma afirmativa verdadeira.

- a) A análise financeira é utilizada para mensurar a lucratividade, a rentabilidade do capital próprio, o lucro líquido por ação e o retorno de investimentos operacionais.
- b) A análise contábil subdivide-se em análise de estrutura; análise por quocientes; e análise por diferenças absolutas.
- c) A análise econômica é a tradicionalmente efetuada por meio de indicadores para análise global e a curto, médio e longo prazos da velocidade do giro dos recursos.
- d) A análise da alavancagem financeira é utilizada para medir o grau de utilização do capital de terceiros e seus efeitos na formação da taxa de retorno do capital próprio.
- e) A verdadeira análise das demonstrações contábeis se restringe à avaliação de ativos e passivos utilizando-se dos princípios e demais regras constantes, das Normas Brasileiras de Contabilidade, da lei das S.A. e do regulamento do Imposto de Renda.

2. (ESAF - AFRF 2009) A seguir, são apresentados dados do balanço patrimonial da empresa Comercial Analisada S.A., simplificados para facilidade de cálculos:

Caixa	R\$ 10.000,00
Duplicatas a Receber (a longo prazo)	R\$ 8.000,00
Duplicatas a Pagar	R\$ 13.000,00
Bancos c/Movimento	R\$ 22.000,00
Títulos a Pagar (a longo prazo)	R\$ 9.000,00
Capital Social	R\$ 60.000,00
Mercadorias	R\$ 30.000,00
Financiamentos Bancários	R\$ 31.000,00
Contas a Receber	R\$ 15.000,00
Reservas de Lucros	R\$ 7.000,00

Elaborando a análise das demonstrações financeiras dessa empresa, o Contador encontrará os seguintes elementos:

- a) Liquidez Seca = 1,07.
- b) Liquidez Corrente = 1,45.
- c) Liquidez Imediata = 1,75.
- d) Liquidez Geral = 0,71.

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

e) Grau de Endividamento = 0,57.

3. (FGV – Auditor Fiscal/MS 2006) De acordo com a Resolução CFC 750/93, assinale a alternativa correta.

(A) O princípio da continuidade estabelece que a empresa não poderá ser liquidada.

(B) O princípio da prudência estabelece que, havendo dúvida entre dois valores igualmente válidos, deverá ser considerado o maior valor para o Ativo.

(C) O princípio da prudência estabelece que, havendo dúvida entre dois valores igualmente válidos, deverá ser considerado o maior valor para o Passivo.

(D) O princípio da oportunidade estabelece que o contador deverá escolher a prática contábil que melhor atenda aos interesses da empresa.

(E) O princípio da objetividade estabelece que o contador só poderá reconhecer os atos e fatos que afetam o patrimônio da empresa se esses forem comprovados mediante nota fiscal ou contrato lavrado em cartório.

4. (ESAF - ANALISTA MPU CONTADOR 2007) Assinale O princípio contábil que reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial é o Princípio

a) da Entidade.

b) da Prudência.

c) das Partidas Dobradas.

d) da Continuidade.

e) da Oportunidade.

5. (ESAF - APO 2010) De acordo com a Resolução 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade, foram aprovados os seguintes Princípios Fundamentais de Contabilidade: da Competência; da Prudência; do Denominador Comum Monetário; do Custo como Base de Valor; da Realização da Receita; da Entidade; e da Continuidade.

A afirmativa “a todo débito corresponde um crédito de igual valor” se refere ao princípio contábil

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

- a) da Prudência.
- b) da Competência.
- c) do Custo como Base de Valor.
- d) do Denominador Comum Monetário.
- e) não se refere a nenhum princípio.

6. (ESAF - AFRF 2009) O Conselho Federal de Contabilidade, considerando que a evolução ocorrida na área da Ciência Contábil reclamava a atualização substantiva e adjetiva de seus princípios, editou, em 29 de dezembro de 1993, a Resolução 750, dispondo sobre eles.

Sobre o assunto, abaixo estão escritas cinco frases. Assinale a opção que indica uma afirmativa falsa.

- a) A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).
- b) Os Princípios Fundamentais de Contabilidade, por representarem a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, a ela dizem respeito no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das Entidades.
- c) O Princípio da entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial e a desnecessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.
- d) O patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.
- e) São Princípios Fundamentais de Contabilidade: o da entidade; o da continuidade; o da oportunidade; o do registro pelo valor original; o da atualização monetária; o da competência e o da prudência.

7. (FCC – TRE/SP Analista Judiciário – Contabilidade 2012) Segundo a Resolução nº 750/1993, do Conselho Federal de Contabilidade, levando-se em consideração as modificações promovidas pela Resolução no 1.282/2010 do mesmo Conselho, o Princípio da Contabilidade que se refere ao processo de mensuração e

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**

**Egbert Buarque**

apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, é denominado Princípio

- (A) do Registro pelo Valor Original.
- (B) da Competência.
- (C) da Prudência.
- (D) da Oportunidade.
- (E) da Entidade.

8. (FGV – Senado Federal – Analista Legislativo – Contabilidade 2009) “Parentes abalados e equipes médicas tentam na quinta-feira identificar os corpos carbonizados das 153 vítimas do acidente ocorrido na véspera no aeroporto de Madri. A investigação sobre esse desastre aéreo, o pior na Espanha desde 1983, começou na quinta-feira e deve levar um ano para ser concluída.” (Reuters, agosto de 2008) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, determine o princípio contábil que deve ser seguido na situação acima para que a Contabilidade forneça informações úteis a seus usuários.

- (A) Registro pelo Valor Original.
- (B) Continuidade.
- (C) Conservadorismo.
- (D) Competência.
- (E) Oportunidade.

9. (FCC – TRE/SP Analista Judiciário – Contabilidade 2012) Segundo a Resolução no 750/1993, do Conselho Federal de Contabilidade, levando-se em consideração as modificações promovidas pela Resolução no 1.282/2010 do mesmo Conselho, o Princípio da Contabilidade que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, é denominado Princípio

- (A) do Registro pelo Valor Original.
- (B) da Competência.
- (C) da Prudência.
- (D) da Oportunidade.
- (E) da Entidade.

10. (ESMP/RJ – TCE/RJ – Analista de Controle Externo – Contabilidade 2012) Com as recentes alterações, a Lei Societária reforçou a importância dos princípios de contabilidade para o reporte da informação. Para fins de demonstrações contábeis, vigora a força dos princípios, dando corpo para prevalecer a essência econômica da transação sobre a forma jurídica dos contratos. Nesse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade reformou recentemente a resolução CFC nº 750/1993. Conforme a Resolução CFC n.º 1282/2010:

- A) os princípios de contabilidade que orientam a prática contábil no Brasil são: o da entidade; o da continuidade; o da oportunidade; o do registro pelo valor original; o da atualização monetária; o da competência; e o da prudência;
- B) a atualização monetária representa nova avaliação dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período;
- C) uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes de alguns fatores, entre eles o dos efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional;
- D) o princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que isso contribuir para o aumento do patrimônio líquido;
- E) a reversão decorrente de perdas estimadas relativas ao valor recuperável de ativos é uma prática conflitante com o princípio do registro pelo valor original.

Considere os dados a seguir para responder às questões de nºs 11 e 12.

Após o levantamento do Balanço Patrimonial, determinada sociedade de economia mista federal apresentou os seguintes valores contábeis:

Grupo/Contas	R\$
Ativo Circulante	250.000,00
Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo	180.000,00
Ativo Imobilizado	120.000,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>550.000,00</b>
Passivo Circulante	220.000,00
Passivo Não Circulante	200.000,00
Patrimônio Líquido	130.000,00
<b>Total do Passivo</b>	<b>550.000,00</b>

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

11. (Cesgranrio - Analista de Gestão Corporativa-Contabilidade-Empresa de Pesquisa Energética-2010 - Adaptada) A liquidez corrente corresponde a

- (A) 0,88
- (B) 1,13
- (C) 1,92
- (D) 1,95
- (E) 2,50

12. (Cesgranrio - Analista de Gestão Corporativa-Contabilidade-Empresa de Pesquisa Energética-2010 - Adaptada) O grau de endividamento geral é igual a

- (A) 3,38
- (B) 1,25
- (C) 0,98
- (D) 0,80
- (E) 0,56

13. (CESGRANRIO – BNDES – CIÊNCIAS CONTÁBEIS 2009) A Cia. Manhattan S/A apresentou os seguintes demonstrativos, com valores em reais:

<b>Contas</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Receita Bruta	27.700.000,00	35.000.000,00
Deduções da Receita Bruta	(4.450.000,00)	(5.700.000,00)
Receita Líquida	23.250.000,00	29.300.000,00
CMV	(14.650.000,00)	(17.500.000,00)
Lucro Bruto	8.600.000,00	11.800.000,00
Despesas de Vendas	(1.256.000,00)	(2.630.000,00)
Despesas Administrativas	(4.270.000,00)	(5.960.000,00)
Despesas Financeiras	(2.950.000,00)	(3.200.000,00)
Resultado Avaliado ao MEP	37.000,00	80.000,00
Lucro Operacional	161.000,00	90.000,00
Resultado Não Operacional	(31.000,00)	(35.000,00)

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**

**Egbert Buarque**

LAIR	130.000,00	55.000,00
Provisão IR e CSL	(32.500,00)	(13.750,00)
Lucro Líquido	97.500,00	41.250,00

Com base exclusivamente nos dados acima, o percentual de variação do lucro líquido (análise horizontal) do exercício de 2007, em relação a 2006, foi

- (A) 42,31
- (B) 36,36
- (C) (53,64)
- (D) (56,97)
- (E) (57,69)

14. (CESGRANRIO – BNDES – CIÊNCIAS CONTÁBEIS 2009) A Cia. Patagônia S/A, ao realizar sua análise anual, apresentou os seguintes demonstrativos de resultados, em reais:

<b>Contas</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Receita Bruta de Vendas	1.435.109,00	834.049,00
(-) Impostos sobre Vendas	-254.524,00	-149.117,00
(=) Receita Líquida de Vendas	1.180.585,00	684.932,00
(-) Custo dos Produtos Vendidos	-946.378,00	-552.724,00
(=) Lucro Bruto	234.207,00	132.208,00
(-) Despesas Comerciais	-25.403,00	-33.153,00
(-) Despesas Administrativas	-163.926,00	-216.104,00
(-) Despesas Financeiras Líquidas	-587.560,00	-439.305,00



**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**

**Egbert Buarque**

(=) Resultado Operacional	-542.682,00	-556.354,00
(+) Resultado Não Operacional	17.740,00	0
(=) Resultado Líquido antes IR e CSL	-524.942,00	-556.354,00
(-) Provisão para IR e CSL	0	0
(=) Resultado Líquido do Exercício	-524.942,00	-556.354,00

Com base exclusivamente nos dados acima, o percentual de participação relativa do item de Despesas Administrativas (análise vertical) do exercício de 2008 foi

- (A) 21,55
- (B) 4,84
- (C) (13,89)
- (D) (25,91)
- (E) (31,55)

15.(ESAF – AFRFB 2012) Ao encerrar o período contábil de 2010, a Cia. Harmonia identifica em suas demonstrações finais os seguintes saldos nas contas abaixo:

Contas	Valores em R\$
Capital	5.000
Clientes	4.000
Contas a Pagar	450
Depreciação Acumulada	700
Disponibilidades	800
Duplicatas Descontadas	1.050
Edificações	1.000
Estoques	1.200
Fornecedores	2.000
Lucro Líquido do exercício	400
Provisão p/Crédito de Liquidação Duvidosa	200
Reserva Legal	200
Reservas de Lucros	300
Veículos	2.900
Vendas	12.000

Com base nos saldos fornecidos, pode-se afirmar que:

- a) o índice de liquidez seca é 1,45.

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

- b) no período, o giro dos estoques foi 8 vezes.
- c) o índice de liquidez corrente é 1,66.
- d) o nível de endividamento da empresa é de 60%.
- e) a participação do capital próprio é de 40%.

16. (ESAF – STN – Contábil 2013) Pode-se afirmar que o

- a) ativo circulante é de R\$55.000,00.
- b) ativo não circulante é de R\$25.500,00.
- c) total do passivo mais o Patrimônio Líquido é de R\$85.500,00.
- d) passivo circulante é de R\$90.000,00.
- e) passivo não circulante é de R\$35.000,00.

17. (CESGRANRIO PETROBRAS Contador Jr. 2011) O pronunciamento conceitual básico intitulado Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estabelece as diretrizes para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis destinadas aos

- (A) administradores corporativos.
- (B) bancos e investidores.
- (C) contadores e executivos da empresa.
- (D) sócios/acionistas da empresa.
- (E) usuários externos.

18. (CESGRANRIO BNDES CONTADOR 2013) O Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) dispõe sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Nos termos desse pronunciamento, as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas.

A Estrutura Conceitual, ao estabelecer os conceitos para a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis destinadas a usuários externos, tem dentre as suas finalidades a de

- (A) auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações.

(B) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas.

(C) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais.

(D) determinar políticas tributárias.

(E) elaborar e usar estatísticas da renda nacional.

19. (ESMP/RJ – TCE/RJ – Analista de Controle Externo – Contabilidade 2012) De acordo com as práticas contábeis em vigor, as demonstrações contábeis são mais comumente elaboradas segundo modelo baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal. Sabendo-se disso, pode-se afirmar que:

A) os relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor econômico da entidade que reporta a informação;

B) os relatórios contábil-financeiros de propósito geral são baseados em descrições ou estimativas para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;

C) o objetivo dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;

D) os relatórios contábil-financeiros são baseados em descrições ou retratos exatos para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;

E) os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação.

20. (ESAF AFRFB 2012) Entre as características qualitativas de melhoria, a comparabilidade está entre as que os analistas de demonstrações contábeis mais buscam. Dessa forma, pode-se definir pela estrutura conceitual contábil que comparabilidade é a característica que

a) permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles nas Demonstrações Contábeis.

b) utiliza os mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.

c) considera a uniformidade na aplicação dos procedimentos e normas contábeis, onde, para se obter a comparabilidade, as entidades precisam adotar os mesmos métodos de apuração e cálculo.

d) garante que usuários diferentes concluam de forma completa e igual, quanto à condição econômica e financeira da empresa, sendo levados a um completo acordo.

e) estabelece procedimentos para a padronização dos métodos e processos aplicados em demonstrações contábeis de mesmo segmento.

21.(ESAF – STN – Contábil 2013) A empresa Patrimônio S.A. efetuou a depreciação utilizando os percentuais fiscais, ainda que soubesse que a vida econômica do bem era maior do que as taxas fiscais. A decisão foi tomada em função das dificuldades em controlar as duas depreciações, o que levaria a empresa a ter custos de controle não suportáveis pelo porte e situação financeira da empresa, inviabilizando o negócio. Referida situação

a) afeta diretamente a neutralidade na apresentação de uma demonstração contábil fidedigna, não sendo possível considerar a demonstração fidedigna.

b) altera a demonstração contábil de forma material, impedindo o reconhecimento como uma demonstração contábil fidedigna.

c) permite considerar a demonstração contábil fidedigna, uma vez que o custo para geração de uma informação com melhor qualidade não justificaria o benefício.

d) atende ao princípio da prudência, visto que a decisão de adotar a depreciação que atribui maior valor ao resultado permite a geração de uma demonstração conservadora mais fidedigna.

e) distorce a possibilidade do usuário em analisar a demonstração contábil, sendo necessário o ajuste para considerá-la fidedigna.

22.(CESPE – BASA Contabilidade 2010) O índice de retorno sobre o ativo aumenta quando ocorre aumento no ativo total e redução do lucro líquido.

23.(CESPE - CORREIOS CONTADOR 2011) Pela análise horizontal, identifica-se a participação do ativo imobilizado sobre o ativo total de dado exercício.

24.(CESPE - TCU ACE 2008) Considere que uma empresa apresente, ao longo de três exercícios, a seguinte situação, relativa ao comportamento de suas despesas financeiras:

exercício 1 . . . . .	R\$ 150.000,00
exercício 2 . . . . .	R\$ 180.000,00
exercício 3 . . . . .	R\$ 360.000,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que, na análise horizontal, utilizando-se base móvel, o índice correspondente ao exercício 3 será igual a 200.

25.(CESPE – TRE- RJ - Contabilidade 2012) O indicador de margem líquida evidencia qual foi o retorno que a empresa obteve frente ao que conseguiu gerar de receitas.

26.(CESPE – TJ – RR - Contabilidade 2012)

vendas líquidas	650.000
custo da mercadoria vendida	300.000
ativo não circulante – saldo final	120.000
patrimônio líquido – saldo final	100.000
imobilizado – saldo final	70.000
ativo circulante – saldo final	60.000
lucro líquido após tributação	50.000
passivo circulante – saldo final	45.000
passivo não circulante – saldo final	35.000
estoque – média do período	32.000
estoque – saldo final	30.000
intangível – saldo final	30.000
realizável a longo prazo – saldo final	20.000
clientes – saldo final	15.000
disponível – saldo final	10.000
despesa antecipada – saldo final	5.000

Nesse ano, a empresa X obteve margem líquida inferior a 8%.

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**  
**Egbert Buarque**

ativo			passivo		
	2012	2011		2012	2011
<b>ativo total</b>	<b>311</b>	<b>211</b>	<b>passivo total</b>	<b>311</b>	<b>211</b>
ativo circulante	51	40	passivo circulante	112	60
disponibilidades	10	8	empréstimos	2	1
créditos de clientes	6	4	fornecedores	73	36
outros créditos	12	4	outros circulantes	37	23
estoques	14	17	passivo não circulante	55	35
outros	9	7	financiamentos	11	5
ativo não circulante	260	171	impostos	11	8
realizável a longo prazo	108	64	outros	33	22
imobilizado	152	107			
			patrimônio líquido	144	116

Com base no balanço patrimonial hipotético acima apresentado, em milhões de reais, julgue os itens que seguem. Nesse sentido, considere que o giro do ativo da empresa tenha sido de 3 vezes, em 2011, e 2,75 vezes, em 2012, e que o lucro operacional líquido tenha somado R\$ 80 milhões, em 2012, e R\$ 65 milhões, em 2011.

27.(CESPE – ANS – Especialista em regulação 2013) O retorno sobre investimento de 2012 foi superior a 25%.

28. (CESPE – ANS – Especialista em regulação 2013) No período, os capitais de terceiros tornaram-se majoritários no financiamento dos ativos.

29.(CESPE – ANS – Especialista em regulação 2013) A margem sobre vendas aumentou no período.

30.(CESPE – ANS – Especialista em regulação 2013) A liquidez seca do exercício 2012 é inferior à do exercício 2011, mas a liquidez geral melhorou no período.

**Curso Online – Contabilidade Geral e Avançada**  
**Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil - AFRFB**

**Egbert Buarque**

**GABARITO**

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
<b>D</b>	<b>A</b>	<b>C</b>	<b>A</b>	<b>E</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>D</b>	<b>C</b>
<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
<b>B</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>E</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>A</b>	<b>A</b>	<b>A</b>
<b>21</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>30</b>
<b>C</b>	<b>E</b>	<b>E</b>	<b>C</b>	<b>C</b>	<b>C</b>	<b>C</b>	<b>C</b>	<b>E</b>	<b>E</b>

**BIBLIOGRAFIA**

- Lei das Sociedades Anônimas com as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09.
- Pronunciamentos Contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CFC). [www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)
- Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)
- MORAES JUNIOR, José Jayme. *Contabilidade Geral*. Rio de Janeiro. Elsevier Editora. 3ª Edição. 2011.